

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**  
**Faculdade de Medicina, Psicologia e Terapia Ocupacional**  
**Curso de Psicologia**



Trabalho de Conclusão de Curso

**ATRÁS DAS GRADES DA EXISTÊNCIA**  
**Sendo a pesquisadora e a pesquisa**

LEILIANE BOTELHO MARTINS

Pelotas, 2021.

**Leiliane Botelho Martins**

**ATRÁS DAS GRADES DA EXISTÊNCIA**

Sendo a pesquisadora e a pesquisa

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Psicologia da Faculdade de Medicina, Psicologia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Míriam Cristiane Alves

Pelotas, 2021.

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas  
Catalogação na Publicação

M379a Martins, Leiliane Botelho

Atrás das grades da existência : sendo a pesquisadora e a pesquisa / Leiliane Botelho Martins ; Míriam Cristiane Alves, orientadora. — Pelotas, 2021.

58 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) — Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Pelotas, 2021.

1. Psicologia. 2. Sistema prisional. 3. (re)Existência. 4. Violência institucional. 5. Afetividade. I. Alves, Míriam Cristiane, orient. II. Título.

CDD : 150

Leiliane Botelho Martins

**ATRÁS DAS GRADES DA EXISTÊNCIA**

Sendo a pesquisadora e a pesquisa

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial, para obtenção do grau de Bacharel em Psicologia, Faculdade de Medicina, Psicologia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Pelotas.

Defesa: 25 de novembro 2021, às 18h

Banca examinadora:

.....  
Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Míriam Cristiane Alves (Orientadora).  
Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

.....  
Prof. Ma. Aline Kelly da Silva  
Doutoranda em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

.....  
Profa. Ma. Mariana Gonçalves  
Doutoranda em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

.....  
Prof. Ademiel de Sant'Anna Junior  
Mestrando em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

## **Agradecimentos**

A primeira pessoa que quero agradecer aqui é meu pai (in memoriam), que mesmo com seu jeito mais sério de ser, me levava todos os dias, muitas vezes em total silêncio, para a Universidade para que eu não perdesse os primeiros horários de aula, já que os mesmos eram incompatíveis com meu trabalho.

A minha mãe que tem me acompanhado diariamente e auxiliado nos cuidados com meu filho, sem sua ajuda não seria possível ter chegado até o fim dessa etapa.

A meu filho que, mesmo pequeno, compreendia minha ausência, me esperava pra dormir e foi força para que eu não desistisse de chegar até aqui.

A meu companheiro Clécio que sempre me deu força e estrutura para que não esmorecesse em meio às diversas tribulações que vivi em todos esses anos, desde que decidi cursar Psicologia.

A minha orientadora que acreditou na minha ideia e me ajudou a ressignificar a minha dor nesta produção cheia de força, teoria e poesia.

A todas as instituições de ensino que fizeram parte dessa jornada acadêmica, me dando exemplos diários de que profissional devo ser e de qual não devo ser.

A banca pelo olhar atento, afetivo e sensível e que com seus apontamentos contribuíram para meu crescimento acadêmico, profissional e pessoal.

A meus colegas de trabalho, foram muitos nesse longo período, que me ajudaram cobrindo meus horários, flexibilizando minha jornada para que pudesse conciliar meus estudos.

A meus inúmeros colegas de aula que dividiram angústias, cafês, risadas, lágrimas e indignação, que caminharam juntos, uns mais rápido, outros nem tanto, mesmo os que se desviaram ou que pararam pelo meio do caminho, todos fazem parte dessa etapa que se conclui aqui.

Família e amigos que estiveram presentes de alguma forma nesse longo trajeto, o meu muito obrigada.

## Resumo

MARTINS, Leiliane Botelho. **Atrás das grades da existência: sendo a pesquisadora e a pesquisa**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Psicologia) - Faculdade de Medicina, Psicologia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

O estudo apresenta um universo julgado, desconhecido, silenciado, marginalizado e esquecido por muitas/os de nós: o sistema prisional feminino no Brasil. Objetiva visibilizar vozes e trajetórias de vida de mulheres que vivenciam o aprisionamento institucional no sistema penitenciário brasileiro problematizando seus movimentos de (re)existência em meio a violência institucional, a afetividade e a sociabilidade. Trata-se de um ensaio teórico enunciado enquanto gesto metodológico que ganha corpo, carne e sangue a partir das experiências narradas e performadas em cenas do sistema prisional feminino. Nesse sentido, a narrativa e a performance também são tomadas como caminhos metodológicos que constroem essa pesquisa, resgatando memórias, afirmando vozes silenciadas, relacionando obras e pesquisas que, mesmo diante de um modo “clássico” de produzir conhecimento, tentaram aproximar a vida acadêmica à vida marginal. As narrativas performáticas e estratégicas apresentadas em cenas, não são um espelho da realidade, mas, sim, construtoras de realidades sobre modos de ser e existir no sistema prisional. Não há aqui a intenção de teorizar ou romantizar a vida em situação de aprisionamento institucional, o que há é um convite para você, leitor ou leitora, ouvir o que existe além dos muros e das grades. Faço isso partindo do meu *locus* social, da branquitude de uma mulher branca que jamais imaginou estar no lado de dentro das grades, um lugar marcado pela presença majoritária de corpos negros, imersos na violência racista e sexista. Ao trazer-te para esse universo, imergi, novamente, no mundo das trancas para entender o que o sistema prisional significa na sociedade e como ele foi pensado e construído. É notável a forma como a sobrevivência nas grades insurge e se coloca em pequenos movimentos de (re)existência, no esforço contínuo de se manter sã em um sistema adoecedor. Mulheres que mesmo em permanente conflito têm a potência de se unir, em sentido cooperativo, afrontam a mortificação e a coisificação impostas pelo cárcere, através de laços que se instauram. É como se flores brotassem entre as rachaduras daquelas paredes sujas, úmidas e fétidas.

**Palavras-chave:** sistema prisional; mulheres; (re)existência; violência institucional, afetividade, sociabilidade.

## Sumário

1 APROXIMAÇÕES COMO CAMPO PROBLEMÁTICO .....	3
2 GESTOS DE UM ESPAÇO QUE OPRIME: SISTEMA PRISIONAL, MULHERES E VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL.....	8
3 CAMINHOS METODOLÓGICOS EM UMA POLÍTICA DE ESCRITA E ESCRITA POLÍTICA .....	16
4 NAS GRADES DA ALMA: (RE)EXISTÊNCIAS, INSURGÊNCIAS, AFETIVIDADE E SOCIABILIDADE .....	20
5 FACES DO ENCARCERAMENTO: A NEGRA, O HOMEM, A RICA, A LOUCA, A LIVRE .....	44
6 CENAS DOS PRÓXIMOS CAPÍTULOS .....	52
REFERÊNCIAS .....	54

## 1 Aproximações como campo problemático

*O dia era 5 de junho de 2014, eu estava em casa, dormindo, quando perto de cinco e meia da manhã, tocou a campainha, sem interfonar, nem nada... Fui até a sala e tinha um “cara” com um distintivo pendurado no pescoço, mais cinco pessoas fardadas, armadas. Um deles me entregou um papel e disse que tinha um mandado, que tinha que fazer uma busca e apreensão e que depois eu teria que acompanhá-lo até a delegacia... Um deles disse para ficarmos sentados na sala. Eles entraram nos cômodos da casa, tiraram as coisas do roupeiro, jogaram roupas pelo chão, pegaram meu computador, pegaram meu telefone [...] disseram que eu tinha que trocar de roupa porque eu estava com uma calça vermelha e eu não podia ir com uma calça vermelha. Não entendi, mas já não tinha coragem de questionar. Um deles perguntou se eu não tinha uma calça mais clara. Fui para o quarto e uma mulher atrás de mim, armada, parou na porta, olhando o que eu estava fazendo, olhou eu trocar de roupa, não saiu da porta. Não me deixaram levar nada apenas um documento. Disseram que depois alguém levaria as coisas necessárias para mim. Mal sabia eu que nada seria desse jeito. Saí pela porta e fui deixando as minhas partes pelo caminho, me perdi e não sabia mais quem eu era. Estava me transformando em uma manchete de jornal, em um número na estatística. E no meio das câmeras e flashes, eu entrei no sistema (Diário de Campo, 1º dia, 2014, DF).*

\*\*\*

Quantas mulheres você conhece que estiveram dentro do sistema prisional brasileiro? Talvez lendo esse texto, neste momento, você não consiga pensar em ninguém ou, talvez, lembre-se de algum filme baseado em fatos reais, uma novela ou uma história contada por alguém que conheceu em um momento qualquer.

Em minhas aproximações com o campo problemático encontrei uma frase creditada a Albert Einstein (1879-1955), cuja fonte original não identifiquei, porém expressa o meu sentimento ao iniciar esse ensaio teórico: “tudo aquilo que o ser humano ignora, não existe para ele, e que por esse motivo - o universo de cada um se resume no tamanho de seu saber”.

De acordo com o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), em 2010, foram contabilizadas 28,20 mil mulheres encarceradas e, em junho de 2020, esse

número já era de 37,16 mil mulheres (DEPEN, 2020), um aumento de 31,77 % nos últimos 10 anos. Não há dados oficiais mais atuais, mas levando em consideração os números mais recentes aos quais temos acesso, pergunto a você leitora ou leitor: Você conhece alguma mulher em situação de aprisionamento institucional? Você conhece alguma egressa do sistema prisional?

Os dados disponibilizados pelo DEPEN e evidenciados na análise acima, apontam o aumento no número de mulheres em situação de aprisionamento institucional no sistema prisional brasileiro. No entanto, não há lugar para todas elas. A grande maioria das mulheres são alocadas em alas dentro de penitenciárias masculinas, das quais 17% são consideradas mistas e somente 7% exclusivamente femininas<sup>1</sup>.

Existem muitos dados sobre o sistema prisional brasileiro: número de mulheres, doenças mais prevalentes, crimes mais cometidos, gastos públicos, ações sociais em presídios. Pesquisei em bases científicas e em jornais comuns sobre mulheres que vivenciam(aram) o aprisionamento institucional e a maior parte dos resultados são de estatísticas, pesquisas de perfis, crimes mais cometidos, números e mais números. Ninguém olha para quem está compondo esses números, ninguém quer ver e escutar essas mulheres.

E o sistema prisional? Apenas silencia, julga, condena. São poucos os levantamentos ou estudos que se dedicam a escutar essas mulheres. E mesmo para os que tentaram escutar, o fazem em uma posição de poder em relação a elas. Pesquisadoras/es, psicólogas/os, assistentes sociais, advogadas/os, todos exercem naquele lugar uma posição hierárquica que, na maioria das vezes, não permite que elas sejam realmente verdadeiras ou que sejam julgadas novamente.

Segundo Nana Queiroz (2020, p.221) “é fácil parecer doce e inofensivo/a quando se está em situação de aprisionamento institucional”. No entanto, quando estamos na mesma condição hierárquica, em situação de aprisionamento institucional, a obrigação de parecer inocente não faz mais sentido – foi o que senti, percebi, vivenciei.

Que condição é essa? Que hierarquização é essa? Fora dos muros do sistema prisional estamos encerradas/os em nossas próprias bolhas sociais onde fomos e somos moldadas/os em uma cultura cristã, ocidental que dicotomiza o certo do errado a todo momento. Não precisa muito, apenas alguns segundos, para nosso pensamento ser

---

<sup>1</sup> Análise realizada a partir dos dados coletados no site do Ministério da Justiça, Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN): <<https://www.gov.br/depen/pt-br/sisdepen>>

tomado pelo martelo da “justiça”, mesmo que não expressemos verbalmente, e num piscar de olhos, quando menos esperamos, ele já foi batido.

Trago à tona um universo julgado, desconhecido, silenciado, marginalizado e esquecido por muitas/os de nós: o sistema prisional brasileiro. Eu só soube de sua existência, só o conheci, só olhei para ele, quando caí dentro dele e tive que encarar todo o peso que uma mulher que vivencia o aprisionamento institucional carrega. Esse mundo só passou a existir para mim, quando o conheci na pele, na carne, no corpo. E para você? Ele existe?

Enquanto estive dentro do sistema prisional fui silenciada de várias maneiras e esse silêncio me causou um sofrimento tão intenso que quis “erguer a minha voz” (hooks, 2019, p. 38-39) e visibilizar as vozes de tantas mulheres que ninguém quer ouvir, tampouco escutar. Afinal, por trás de cada grade e manchete de jornal há pessoas com trajetórias de vida. Mulheres negras, brancas, lésbicas, bissexuais, pobres, de classe média que não se resumem a apenas uma sentença. São mulheres que vivem, em geral, esquecidas, em situações sub-humanas, onde a todo momento são lembradas de que não têm direito de existir naquele espaço, não há espaço para existir.

No contexto do Distrito Federal, cenário das experiências enunciadas nesse estudo, dentre as penitenciárias exclusivamente femininas temos a localizada no Gama que, embora abrigue no mesmo complexo uma ala onde homens cumprem Medida de Segurança é considerada uma penitenciária feminina.

O Distrito Federal não dispõe de celas para o aprisionamento institucional feminino em nenhum outro estabelecimento policial (delegacia, por exemplo) (DINIZ, 2015). Em 2014, essa realidade me foi apresentada. E não foi por meio de periódicos, relatórios ou reportagens, eu conheci essa realidade quando fui detida em prisão provisória e não pude cumprir o tempo determinado pelo juiz em local diferenciado, como os homens detidos na mesma operação, que ficaram em celas dentro do Complexo da Polícia Civil, onde o tratamento era um tanto diferenciado.

Apenas duas pessoas foram presas naquele dia, os demais (outros três), foram dados como foragidos da justiça, dois deles foram encontrados no mesmo dia e o outro, alguns dias depois. Todos eles foram detidos em celas dentro do complexo da polícia civil, o mais velho me contou que recebeu visita do advogado e de autoridades que lhe levaram medicamentos e pertences pessoais. Além de receber tratamento digno, embora estivesse em cela com outros presos provisórios/temporários acusados de crimes mais graves, os mesmos foram cuidadosos com ele devido sua aparente fragilidade física.

Não tive contato com os demais para saber como havia sido cada experiência, apenas mais um deles, o mais novo, era de meu convívio profissional na época e não falamos mais sobre esse período. Os dois tiveram os *habeas corpus* concedidos antes do meu, na verdade o meu saiu no dia em que já estava determinada a minha soltura no auto de prisão temporária.

A prisão temporária é regulamentada pela Lei 7960/89, tem prazo de duração de cinco dias, prorrogáveis por igual período e ocorre durante a fase de investigação do inquérito policial. Ela é utilizada para que a polícia ou o Ministério Público colete provas sem a interferência dos suspeitos, e pra em seguida pedir a prisão preventiva, caso seja necessário (BRASIL, 1989).

Sou motivada a escrever sobre algo tão sensível para mim, pela possibilidade de produzir um pouco de dignidade para a existência de mulheres que vivenciam o aprisionamento institucional e que já possuem sequestradas materiais e simbólicas quanto às suas liberdades. Mesmo diante de tal sequestro, continuamos sendo livres em nossas trajetórias de vida, nossos projetos, nossos planos, nossos sonhos, nossas vaidades e nossos amores.

O meu olhar sobre a vida foi significativamente alterado quando estive do outro lado das grades. Mesmo depois que cruzei a porta da saída, o sistema prisional permaneceu de alguma forma em mim, com todas as violências que fui capaz de sentir, observar e viver.

Será que alguma dessas mulheres tem a oportunidade de rever esses momentos? Convido-as a refletirem comigo sobre nossas experiências no sistema penitenciário. Convido você, leitora ou leitor, a escutar o que nós mulheres que vivenciamos o aprisionamento institucional temos a dizer, porém, sem julgamentos. Meu intuito é visibilizar a nossa existência – mulheres que a sociedade não quer ver.

Estar em um presídio do lado de dentro das grades, me fez olhar para as mulheres que estavam ao meu lado de um modo como nunca antes tinha acontecido. Sendo eu uma mulher branca, jovem, com emprego formal, cursando a segunda graduação em psicologia, naquele contexto eu era apenas mais uma. Afinal, estávamos no mesmo lugar e na mesma condição aos olhos da sociedade. Uma interna, mais uma, cuja identidade é esmagada pelo sistema prisional durante todos os dias de nosso percurso dentro o sistema.

Com o presente estudo eu me proponho a abrir caminhos aqueles e àquelas que queiram se abrir para enxergar as mulheres que vivenciam o aprisionamento

institucional para além das estatísticas, das reportagens de jornais, dos delitos ou suspeitas de delitos. Pretendo contar as nossas histórias, através da minha própria história, transformando estatísticas em vozes em polifonia, em versos que traduzam uma pequena parte de suas grandes trajetórias de vida.

Quero ser capaz de olhar a minha própria trajetória com coragem e não com medo, embora o medo seja necessário, me refiro aqui ao medo do que vem de fora, medo dos julgamentos, dos dedos apontados, medo do estigma e da incapacidade que a sociedade em geral tem de olhar para uma egressa do sistema. Quero que todas as mulheres que vivenciam o aprisionamento institucional tenham a chance de fazer isso. E, acredito que as nossas vozes silenciadas e contadas através da minha própria voz, possa contribuir para isso. Deste modo, tenho como objetivo geral visibilizar vozes e trajetórias de vida de mulheres que vivenciam o aprisionamento institucional no sistema penitenciário brasileiro problematizando seus movimentos de (re)existência em meio a violência institucional, a afetividade e a sociabilidade. Como objetivos específicos, cito: Reescrever as minhas memórias no sistema prisional evidenciando as vozes de mulheres que vivenciam o aprisionamento institucional, problematizando minha própria branquitude refletida no cárcere; Identificar e refletir sobre os movimentos de (re)existência e insurgência à violência institucional vivenciados por mulheres no sistema prisional; e Mapear e refletir sobre as produções afetivas e de sociabilidade que nascem em meio ao caos e a diversidade de experiência vividas e compartilhadas por mulheres em situação de aprisionamento institucional.

No decorrer do texto vou explorar algumas dimensões que considero relevantes elencar, primeiramente a dimensão da violência institucional onde o cárcere é por si só a punição definida na Lei, porém conforme Foucault (2014, p.18), agora não mais se pune o corpo e sim a alma. Em um segundo momento, convido você leitor ou leitora, a refletir sobre a dimensão da afetividade, questão que por vezes é ignorada pelos do “fora”<sup>2</sup> por considerar o “dentro”<sup>3</sup> um ambiente inóspito. E, por fim, a dimensão social onde trarei para a reflexão questões relativas a fatores econômicos, culturais, incluindo necessariamente, as formas de interação que ocorrem no cárcere.

---

<sup>2</sup> Vocábulo utilizado para nomear local fora do ambiente prisional.

<sup>3</sup> Vocábulo utilizado para nomear o ambiente prisional.

## 2 Gestos de um espaço que oprime: sistema prisional, mulheres e violência institucional

### Lugar no espaço

Espaço que oprime, que liberta  
Pouco espaço, nenhum espaço  
Na praia, fria úmida  
Não consigo me virar  
O teto perto dos meus olhos  
Me viro, me bato e debato  
Cada suspiro é comedido  
Pra não invadir o espaço  
Não me movo no espaço  
Tento não ser vista, me escondo  
Não há espaço pra mim  
Todo espaço está ocupado  
O espaço é pago é de alguém  
Minha existência não cabe  
Minha história é de ninguém  
Não há lugar nesse espaço  
Leiliane Martins<sup>4</sup>

*Um corredor verde, escuro e com uma linha no chão que já dizia onde era o meu lugar e onde era o lugar de quem manda. Não ultrapasse essa linha, não levante a cabeça, não olhe nos olhos de ninguém, mãos para trás e fale o menos possível, essas foram algumas das instruções que recebi ao chegar, junto com um pedaço de colchão um cobertor velho, chinelos de dedo e um uniforme laranja. Eu já não tinha nada, estava apenas com um terço e minha identidade, entreguei minhas coisas, tive que tirar minha roupa, toda a roupa, foi quando levaram o que ainda existia de mim. Em uma sala de 2x2, nua, agachada em cima de um espelho, para terem certeza que eu não tinha nada comigo. Não era nada de importante, apenas mais uma interna que veste laranja. Tive*

---

<sup>4</sup> Poema produzido por mim, Leiliane Martins, em 2014.

*vontade de chorar, mas sabia que isso não era aceitável. Na porta da cela 12, em meio ao barulho das outras celas, estava vazia, e apesar de ser uma cela tinha aparência de arrumada, com lençóis e sacolas, era escura, apesar de ser o meio da tarde. Mais uma instrução: “fique perto da grade, elas vão subir daqui a pouco e são muitas, fique onde elas não podem te machucar” - ela disse. Como se isso fosse possível em um espaço de 16m<sup>2</sup>. Quando elas começaram a entrar em meio ao barulho de conversa, passos e olhares curiosos em minha direção, meu corpo foi se achatando naquela grade da mesma forma que eu estava sendo esmagada naquele espaço que não era meu, tudo ali já tinha dona (Diário de Campo, 1º dia, 2014, DF).*

*...Ela gritava sem parar, era escuro, e se ouvia ainda um barulho de alguém batendo na porta de ferro com toda a fúria, e continuava a gritar, de outro lado gritava a carcereira para que se calasse, ela não ligava e continuava a gritar, era impossível dormir, era tarde, não sei quanto tarde, o isolamento<sup>5</sup> parecia ficar logo ali ao lado e os gritos dela retumbavam dentro da cabeça da gente, uma sombra passou pelo corredor, um barulho, mais gritos e silêncio, não sei o que aconteceu, mas elas disseram, “deram um jeito nela” (Diário de Campo, 1º dia, 2014, DF).*

\*\*\*

Como traz Foucault (2012), a prisão, ou melhor, as penas imputadas, não são mais, ou não deveriam ser, o chamado suplício, já que os castigos corporais foram extintos no começo do século XIX, ao menos na grande maioria dos países do mundo. Recordando que “suplício” conforme o Dicionário Brasileiro Globo (2003) quer dizer “grave punição corporal ordenada por sentença; grande tormento tortura, sofrimento cruel”, embora o termo seja usado em outras conotações (FERNANDES, C; LUFT, C. P.; GUIMARÃES E., 2003, p. 587).

Poderíamos então dizer que as penas de privação de liberdade aplicadas hoje no Brasil são, por si só, a forma de punição aplicada a homens e mulheres em conflito com a Lei. O relatório<sup>6</sup> realizado pelo Conselho Nacional dos Direitos Humanos (2015), a partir de uma visita à Penitenciária Feminina do Distrito Federal, a Colmeia, aponta que foi verificado que as condições de saúde, alimentação e estrutura básica não só ferem a

---

<sup>5</sup> Local onde as mulheres cumprem pena por indisciplina, segundo Diniz (2015) é o espaço mais temido delas, por ser assombrado por vozes de crianças fantasmas.

<sup>6</sup> Disponível em <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/sistema-nacional-de-prevencao-e-combate-a-tortura-snpct/mecanismo/penitenciaria-feminina-do-distrito-federal/>

dignidade das mulheres internas na instituição, como adoecem seus corpos expostos à comida estragada, ambientes com baratas e ratos e locais sem iluminação adequada e umidade excessiva. A visita foi realizada a partir de denúncias feitas pelo Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) por egressas e familiares das mulheres em situação de aprisionamento institucional.

De acordo com Isabela Laragnoit (2021), com o surgimento do marxismo na sociologia criminal no início dos anos 1970 passou-se a compreender a pena como uma ordem do capitalismo, uma forma de subordinação e repressão de classes, legitimando interesses e valores dominantes, onde a dicotomia de ricos e pobres, brancos e negros, homens e mulheres se perpetua (LARAGNOIT, 2021).

Nesta seara a autora supracitada compara as prisões com fábricas que ensinam as pessoas a obedecerem, aceitarem o ritmo de trabalho e aceitarem os valores capitalistas, desconstruindo o sujeito subversivo e construindo uma nova individualidade onde se passe a aceitar tudo que lhe é demandado como forma de sobrevivência dentro do sistema prisional (LARAGNOIT, 2021).

Segundo Aguirren (2012), as prisões representam muitas coisas ao mesmo tempo e um mesmo espaço, além de poder e autoridade do Estado. O autor traz em seu texto que o sistema carcerário é um espaço de arenas de conflito, negociação e resistência onde é possível a criação de formas subalternas de socialização e cultura, representa centros de amplo conhecimento sobre as classes populares, onde segmentos da população vivem parte de suas vidas, formam suas visões de mundo, entrando em negociações e interação com outros indivíduos e com autoridades do Estado (AGUIRREN, 2012).

De acordo com Santos (2018) a prisão, em seus aspectos micro e macroestruturais, se revela como um espaço de reprodução da violência, do abandono e do sofrimento, operando de forma a minar as formas de vida ali presentes, um mecanismo que captura vidas que por si só corporificam a pobreza e a desigualdade em suas faces mais perversas.

A punição por meio do cárcere, primeiramente na Europa, e depois exportada para os demais países, como Estados Unidos e Brasil, serviu como mecanismo social de dominação das pessoas consideradas à margem da sociedade dominante: marginais, mesmo para os crimes de pequeno potencial ofensivo e em grande parte crimes patrimoniais. Por essa razão, a massa carcerária ainda hoje é formada em sua maioria por pobres, negros(as), migrantes e desempregados(as) (LARAGNOIT, 2021).

De acordo com Foucault (2014), desde o começo a prisão devia ser um instrumento tão aperfeiçoado quanto à escola, e o fracasso foi imediato, visto que desde meados do século XIX é possível constatar que a prisão serve apenas para aperfeiçoar e criar novos criminosos estando muito longe de transformá-los em pessoas honestas (FOUCAULT, 2014). No entanto, o que ele mesmo, mais tarde, chama de fracasso útil como parte do funcionamento social dela, agregando discursos e arquitetos, regulamentos coercitivos e proposições científicas, efeitos sociais reais e utopias invencíveis, programas para corrigir a delinquência e mecanismos que solidificam a delinquência (FOUCAULT, 2014).

Vale ressaltar que a maioria dos artigos encontrados nas bases científicas são pesquisas realizadas em estabelecimentos penitenciários masculinos, em alguns, que são mistos (onde cumprem pena homens e mulheres), as mulheres são citadas apenas como variável. Poucos estudos trazem o aprisionamento institucional feminino ou mesmo a criminalidade feminina como protagonista, segundo Soraia da Rosa Mendes (2012), isso acontece devido ao fato de que a criminologia vem de um discurso de homens, para homens, e sobre mulheres. A autora diz ainda que estudar as experiências das mulheres nunca foi politicamente relevante, “de maneira que, no discurso criminológico competente atual, a mulher surge somente em alguns momentos. Mas, no máximo, como uma variável, jamais como um sujeito” (MENDES, 2012, p.184).

Uma questão levantada por Angela Davis (2018) na emergência do cárcere como alternativas às penas capitais, de acordo com o ponto de vista dominante, as mulheres condenadas eram irremediavelmente perdidas, sem possibilidade de salvação. Enquanto que os criminosos homens eram indivíduos que tinham simplesmente violado o contrato social, as criminosas eram vistas como mulheres que tinham transgredido princípios morais fundamentais da condição feminina.

Em 1891, a primeira casa de detenção para mulheres foi inaugurada na Bahia, e se espalhou para os demais estados até o ano de 1920, as mesmas eram administradas por uma instituição religiosa que não tinha critérios definidos em lei para o encarceramento de mulheres, sendo assim não havia necessariamente crime para que uma mulher fosse encarcerada, esposas que não cumpriam seu papel, adúlteras, filhas rebeldes, mulheres consideradas loucas, prostituição, qualquer comportamento considerado desviante da função feminina poderia ser motivo para o cárcere e sem prazo definido para liberdade (SÁ NETO, 2009).

Entre as décadas de 1930 e 1940, as mulheres surgem no texto do código penal brasileiro, oficializando então os primeiros estabelecimentos prisionais femininos, ainda administrados por instituições religiosas que tinham em seu cerne levar as mulheres de volta ao seu papel social feminino, a cura da alma e a cura moral, mas agora com o aparato judiciário atrás do encarceramento (LARAGNOIT, 2021).

Não estou aqui com a finalidade de trazer uma imagem dessas mulheres como vítima, como diz Nana Queiroz (2020, p.221), “é fácil parecer doce e inofensiva quando se está encarcerada”, porém a privação de liberdade já deveria ser punição suficiente, e o Estado deveria garantir ao menos dignidade a essas mulheres.

No último levantamento do DEPEN, as mulheres representam apenas 5,29% das pessoas no sistema prisional, porém embora o percentual seja pequeno, isso significa que 37.160 mulheres cumprem alguma pena, seja ela em regime fechado ou não. E o que sabemos dessas mulheres é apenas o que vemos em noticiários e pesquisas, poucas pesquisas.

Mas, quem são essas mulheres, de acordo com as informações do DEPEN (2020) no que diz respeito à raça/cor? Elas estão distribuídas da seguinte forma:

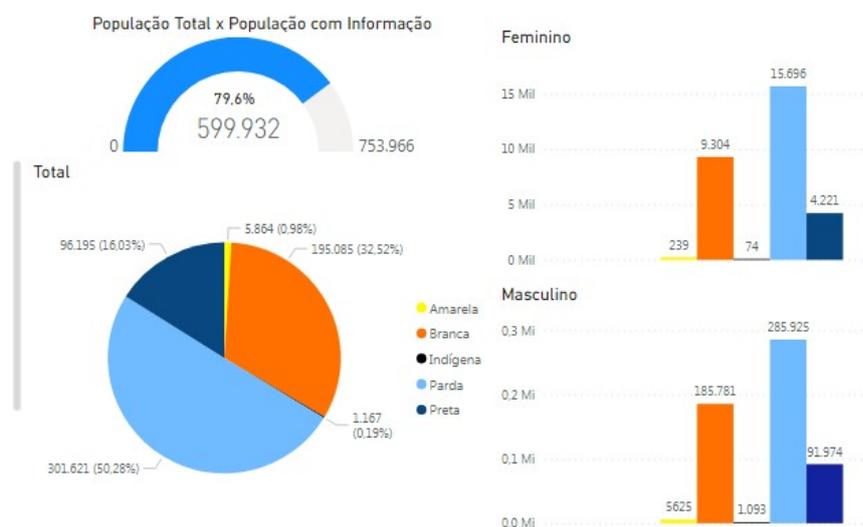


Figura 1 - Gráfico retirado do site <https://www.gov.br/depen/pt-br/sisdepen> do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (2020)

O gráfico é disposto com toda a população carcerária (homens e mulheres) e nele é possível perceber que as proporções são semelhantes nos dois gêneros, onde

temos 67,39% das mulheres se autodeclarando como negras (pretas e pardas) e 31,54% como brancas e percentuais bem menores como indígenas 0,25% e amarelas 0,81%.

Esses números me remetem a um estudo realizado no Distrito Federal com mulheres cumprindo Medida de Segurança, segundo Luana Karina Dallposso (2013) uma das entrevistadas ao ser questionada sobre sua raça declarou “eu gosto de ser branca”. Tal citação vem no sentido de questionar seus próprios conceitos sobre o que é ser negra na sociedade e dentro do contexto do aprisionamento institucional e o que significa ser branca neste mesmo contexto.

Neusa Santos Souza (1983), traz logo na introdução de seu livro “Tornar-se Negro” que o negro vê no branco a única possibilidade de tornar-se gente, se afasta de seus valores originais com a ilusão de uma ascensão, como se ser branco fosse a única alternativa de valorização social. A ideia escravocrata que representa o negro como socialmente inferior está impregnada em nossa sociedade, em nossos discursos e reflete na forma como o sistema prisional trata negras e brancas que estão em situação de aprisionamento institucional. Mesmo em um ambiente onde ninguém tem identidade, nós continuamos tendo cor.

Na Penitenciária Feminina do Distrito Federal (Colmeia), no pequeno universo da cela 12, mais conhecida como “Corró”<sup>7</sup>, eu era uma das 3 mulheres fenotipicamente brancas em um total de 42, no momento em que cheguei, ao passo que fui batizada como “Loira”. Nesse pequeno universo eu representava apenas 7,14% de brancas, muito distante dos quase 32% informado pelo DEPEN.

O que sabemos sobre essas mulheres se resumem a dados estatísticos oficiais divulgados pelo DEPEN e algumas pesquisas que conseguiram adentrar as portas da burocracia e do território insólito das penitenciárias. De acordo com Suelen Lemons Clasen e Miriam Cristiane Alves (2019) o sistema prisional não é acessível para todas as mulheres. Vale a ressalva que Clasen (pesquisadora branca) não conseguiu vencer os entraves do sistema para realização de uma pesquisa acadêmica, visto que por ser branca deveria ser protegida daquele universo hostil, realidade muito diferente quando pensamos nas mulheres negras que vivem em constante ameaça por este mesmo sistema.

Segundo Denise Ferreira da Silva (2019),

---

7 Termo derivado de “cela correccional”, que segundo Diniz(2015) seria uma herança da ditadura militar, nas celas correccionais os presos esfriavam a cabeça antes de serem interrogados. Dentro da Colmeia era considerada pelas internas a pior cela, onde ficava as internas mais problemáticas.

[...] Até mesmo nos trabalhos teóricos que recusam a versão liberal da dominação racial (a lógica da exclusão) e descrevem a cena da violência, o corpo negro é *dado* à representação como já sendo o corpo da violência, o corpo escravo, o corpo empregado, o corpo linchado da criança negra, o corpo feminino, e o corpo masculino. Sempre-já como da pessoa negra violada/violenta pelo sempre já valorizado/protegido outro(a) branco(a) – isto é, um corpo somente capaz de significar as arquiteturas jurídico-econômicas da Escravidão, do Patriarcado e do Capitalismo (Ferreira da Silva, 2019, p. 69).

A violência não acaba quando se encarcera um indivíduo. Segundo Gauer, Neto e Pickering (2012) na prisão, a violência se ramifica fazendo-se presente de várias formas incluindo o próprio sistema prisional. Ainda segundo os autores “violência significa o constrangimento moral, uso da força, coação, torcer o sentido do que foi dito, estabelecer o contrário do direito à justiça” (GAUER; NETO; PICKERING, 2012, p. 92).

Nesse sentido, as instituições totais, como as prisões, são locais propícios à ocorrência de violência institucional, visto que funcionam em uma dinâmica isolada do funcionamento da sociedade, abrigando pessoas que são julgadas incapazes, perigosas e/ou passíveis de ficarem reclusas do mundo, além de terem barreiras físicas e regras impedindo pessoas de sair ou entrar (GOFFMAN, 1974).

Gauer, Neto e Pickering (2012) salientam que a violência institucional prisional terá consequências diferentes para cada sujeito, passando por privações e rituais de desapropriação da própria identidade. Para Andremara Santos (2016), a violência institucional acentua a vulnerabilidade das pessoas encarceradas, atingindo direitos fundamentais não condizentes com suas penas, visto que muitas/os tem seu direito de locomoção restrito por tempo superior ao legalmente previsto ou determinado, há a violação do direito à segurança física e do direito à não submissão a penas cruéis ou degradantes.

Gauer, Neto e Pickering (2012) trazem uma frase que resume de forma contundente e precisa o que o sistema prisional representa, “prisão não é apenas privação de liberdade: é, antes de tudo, a impossibilidade de dirigir a própria vida” (p.101), sendo assim a mulher em aprisionamento institucional não tem nem o direito de sofrer, de questionar, em um misto de carências, desesperança e violência, que tem origem no “fora”, mas se cronificam no “dentro”.

Angela Davis em sua Obra “Estarão as prisões obsoletas?” traz um capítulo que descreve a influência do gênero na estruturação das prisões, embora ela traga relato de

casos e experiências ocorridas nos Estados Unidos, muitos conceitos se aplicam ao Brasil no que diz respeito às premissas envolvidas no sistema carcerário como forma de punição. Existe uma diferença envolvendo a percepção do crime cometidos por homens e por mulheres, enquanto a prisão evolui como a principal forma de punição pública, as mulheres continuaram a ser submetidas a formas de punição não reconhecidas e não amparadas pela Lei (DAVIS, 2018).

Enquanto homens delinquentes eram tidos como criminosos, e as cadeias e prisões se mantinham como instituições dominantes no controle dos homens, as mulheres delinquentes eram tidas como insanas fazendo com que elas fossem encarceradas em instituições psiquiátricas com o propósito semelhante ao do encarceramento masculino (DAVIS, 2018).

Hoje, apesar de termos as leis que garantem, ou deveriam garantir, o julgamento de crimes independente do gênero, raça ou classe, na prática não é o que vemos. Já que o martelo da “justiça” tende a continuar pesando mais ou menos dependendo da raça, classe ou gênero a quem se destina. Sendo essa afirmação condizente com as estatísticas do DEPEN, que apontam mais pobres e negros/as dentro do sistema carcerário.

### 3 Caminhos metodológicos em uma política de escrita e escrita-política

*Andei na volta do pátio para não ficar parada no sol e também para esticar as pernas, coisa que era impossível na cela. Uma colega me acompanhou em algumas voltas, ela me dizia como era o funcionamento de lá – em gestos, ela me apresentava o cárcere. Me mostrou onde ficavam as outras alas, uma cantina onde quem tinha dinheiro ou mesmo as visitas compravam coisas (café, biscoitos, doce, algum salgado etc.), a ala da maternidade, onde estavam as presas com bebês e íamos andando. Me mostrou latas enormes de lixo onde certa vez uma mulher fugiu, entrou no container sem que ninguém visse e foi jogada do lado de fora. Desde então ela disse que elas furam todo o lixo para evitar que alguém entre escondido de novo (...).*

*(...) Estava eu andando na volta até que duas mulheres param em minha frente, uma delas branca com 1,5 metros, talvez, cabelos pretos abaixo da cintura, unhas pintadas de rosa, a outra negra com 1,70 ou mais, vinha atrás dela com trejeitos masculinos, parecia estar ali para protegê-la, como as outras que foram a meu encontro anteriormente. Ela impedindo minha passagem, disse: “Você que é a novata aqui hoje?”, eu respondi que achava que sim, me perguntou porque estava lá, já tinha respondido essa pergunta mil vezes, “ah aquela do banco”, eu já estava quase acostumando com aquela descrição... Eu gentilmente perguntei a ela também por que estava lá e ela com um sorriso sádico olhando bem nos meus olhos, me disse homicídio, sacudiu os cabelos e passou, me senti num filme de terror... (Diário de campo, 2º dia, 2014, DF).*

\*\*\*

São as experiências que vivi ao lado de outras mulheres em situação de aprisionamento institucional, carregadas de gestos de sobrevivência, que me levam a pensar em caminhos metodológicos como uma possibilidade de desenho deste estudo. Memórias que narro desde a minha lente, o meu olfato, o meu tato, o meu ouvido, meu corpo. Portanto, desde a localização do meu lugar de enunciação a partir da vivência do cárcere.

As histórias que lemos sobre mulheres em cárcere foram as que elas quiseram contar, histórias que elas acreditam, porque repetiram muitas vezes visando a liberdade (QUEIROZ, 2020). Ou seja, são ficções, são histórias coletadas por pessoas em grau hierarquicamente superior, e que de alguma forma, não trazem em si, necessariamente a obrigação da “verdade” ou da sinceridade. Nesse estudo, tenho a possibilidade de contar essas histórias de dentro do cárcere, como uma egressa do sistema. E mesmo que muitas das histórias e narrativas aqui contadas possam ser ficcionadas, serão enunciadas por uma mulher branca que vivenciou o cárcere, trazendo a este estudo um caráter único.

Não há aqui a intenção de teorizar ou romantizar a vida em situação de aprisionamento institucional, o que há é um convite para você, leitor ou leitora, ouvir o que há além dos muros e das grades. Faço isso partindo do meu *locus* social, da branquitude<sup>8</sup> de uma mulher branca que jamais imaginou estar no lado de dentro das grades, um lugar marcado pela presença majoritária de corpos negros, imersos na violência racista e sexista.

É a partir da experiência, da vivência no sistema prisional que me desafio a construir um ensaio teórico, que segundo Francis Meneghetti (2011) tem como sua característica mais elementar a originalidade, ou seja, uma aposta metodológica que está relacionada ao novo, ao ecletismo ao que é fora de padrão, e não vejo nada mais fora do padrão do que aqui se apresenta. Uma originalidade ensaística que parte de questionamentos e problematizações sobre uma experiência concreta vivenciada no cárcere. Nas palavras de Meneghetti, “no ensaio a orientação é dada não pela busca das respostas e afirmações verdadeiras, mas pelas perguntas que orientam os sujeitos para as reflexões mais profundas” (2011, p. 321).

O ensaio teórico se difere do método tradicional da ciência positivista, onde a rigidez da forma acaba por ser mais relevante que o conteúdo. O que proponho aqui é uma nova forma de compreensão da realidade, onde me coloco como ensaísta e objeto da pesquisa e esse trajeto será percorrido em conjunto (MENEGHETTI, 2011).

Para Adorno (1986) o ensaio não almeja generalizar uma verdade ou um conteúdo, ele é uma relação com toda a história e os processos envolvidos, o ensaio se constrói a partir da proximidade do autor com o tema e sua capacidade de tomada de

---

<sup>8</sup> “A branquitude é um lugar de privilégios simbólicos, subjetivos, objetivo, isto é, materiais palpáveis que colaboram para construção social e reprodução do preconceito racial, discriminação racial ‘injusta’ e racismo” (CARDOSO, 2010, p.611).

consciência, conferindo a experiência do ensaísta tanto conteúdo quanto a ciência tradicional.

O ensaio aqui proposto se distancia de metodologias de pesquisas científicas convencionais, embora traga em sua apresentação vestígios dessa construção. Como menciona Carlos Bertero (2011), o ensaio vem como uma forma de gerar conhecimento partindo do que é particular, do que foi vivido e sentido, trazendo reflexões no sentido de dialogar com o leitor/a. Assim, tomo o ensaio como um gesto metodológico que ganha corpo, carne e sangue a partir das experiências narradas e performadas nas letras pretas de uma tela branca. Nesse sentido, a narrativa e a performance também são tomadas como caminhos metodológicos que constroem esse percurso, essa travessia pelo sistema prisional feminino, resgatando memórias, enunciando vozes silenciadas, relacionando obras e pesquisas que, mesmo em sua forma “clássica”, tentaram aproximar a vida acadêmica à vida marginal.

Para Celina Manita (1998), narrar a experiência é trazer sentido para a existência e para a trajetória pessoal. Sentido este que está permeado de múltiplas vivências, que quando agenciadas no coletivo trazem à luz a nossa própria percepção sobre a nossa jornada e a relação que estabelecemos com nossa própria construção subjetiva. Carla Fonte (2006) traz diversos conceitos de narrativa que a desvelam não só como a representação de uma realidade, mas também como o elemento central da experiência, construindo um conhecimento que é imanente a experiência do existir.

As memórias traduzidas em narrativa não são apenas a descrição de acontecimentos, a narrativa transmuta em linguagem, as percepções, sentimentos e olhares que recaem sobre os acontecimentos narrados, a partir da perspectiva e memória de quem narra, construindo a partir dela significados muito singulares (FONTE, 2006). As narrativas não são produções individuais independentes, são performáticas, estratégicas e possuem uma finalidade, não são um espelho da realidade, mas construtoras da realidade, narrar é agir no mundo (BRITO, 2014).

Diana Taylor em Dawsey, Muller, Hikeji, & Monteiro (2019) traz a performance como atos de transferências vitais que transmite conhecimento social, memória e senso de identidade através de comportamentos reiterados que vão desde danças e rituais até comportamentos culturais generalizados. Não obstante, a performance também constitui uma lente metodológica onde é possível analisar os eventos enquanto performance (Schechner, 2006). Entender as cenas aqui narradas enquanto performances é apostar na sua construção epistemológica, e, ao mesmo tempo, na sua afirmação ontológica. Ou

seja, as cenas narradas e performadas constroem conhecimento sobre modos de ser e existir em nossa sociedade.

Conforme Schechner (2006), performances marcam identidades, dobram o tempo, remodulam e adornam os corpos, e contam histórias - sejam elas de arte, rituais, ou da vida cotidiana. São “comportamentos várias vezes experienciados”, quando vividos, quando escritos, quando lidos; a performance não está “em” determinado lugar ela está “entre” na relação que se constitui na experiência (SCHECHNER, 2006. p. 30).

As narrativas aqui performadas em cenas foram produzidas depois que sai do sistema prisional, em 2014. Lembro que precisava falar sobre o que tinha sentido, necessitava narrar o que tinha vivido, mas tratava-se de um assunto proibido, que não podia ser lembrado, tocado, mencionado. Mas eu precisava narrar, e ninguém queria escutar. Foi então que comecei a narrar para mim, por meio de gravações em áudios realizadas em meu carro enquanto me deslocava sozinha pelas longas distâncias do Distrito Federal. Esse foi meu refúgio, essa foi minha estratégia; recriei as cenas vividas, narrei e performei em áudio aquela dura experiência. O momento do banho, embaixo do chuveiro era onde, frequentemente, as memórias escorriam pelo corpo no curso da água; lembranças vinham e ainda vem, inspirações se formavam e se transformavam em relatos, narrativas, poesia, (re)existência. Nas noites de insônia e pesadelos, escrever e grafar o vivido era minha única forma de colocar as memórias em um lugar seguro, precisava guardá-las para que não me assombrassem mais.

Diante da possibilidade de inscrever no mundo, por meio de meu TCC, essas memórias narradas e performadas em áudio e em folhas de papel, entendi que era o momento de ressignificar tal experiência. Transcrevi os áudios, reli os papéis, revivi o cárcere, porém, deste outro lugar: o lugar da potência de uma pesquisadora implicada e engajada com a transformação de seu objeto de estudo. Por meio das transcrições e do reencontro com textos e poesias escritas após a vivência no sistema prisional, resgato e revivo as minhas memórias do cárcere – nuas e cruas, porém, mediadas por reflexões e problematizações sobre os movimentos e lutas pelo existir diante de tanta violência institucional.

Apresento um caminho construído em um misto de poesia com vozes ouvidas, memórias vividas, trajetórias sentidas em movimentos de (re)existência, insurgências, afetividades e a sociabilidades que vivenciei ao lado de mulheres em situação de aprisionamento institucional.

#### 4 Nas grades da alma: (Re)existências, insurgências, afetividade e sociabilidade

##### Nas grades

A escuridão mesmo com dia claro,  
A alma desnuda e o corpo invadido  
Vozes e risos e mãos que batem  
Nas grades da cela  
Nas grades da alma

O barulho confronta o silêncio  
O vazio perdido no pensamento  
Gritos e dores que saltam  
Nas grades, nas portas  
Nas grades da alma

O cheiro que vem do espaço  
O odor que exala do corpo  
Corpos e almas que falam  
Nas grades, nas cores  
Nas grades da alma  
Leiliane Martins<sup>9</sup>

Nessa cena eu poderia retomar a trajetória que me fez estar em situação de aprisionamento institucional, mesmo que por um curto espaço de tempo, mas quando trago (re)existência uma cena me vem na memória, nítida e dolorosa, como no dia em que foi vivenciada.

\*\*\*

*Estávamos todas em filas, cada fila era das internas de uma cela, organizadas em ordem alfabética, pelos nomes de registro, muito diferentes dos nomes que eram usualmente tratadas entre si. Era o fim do dia de visitas e era hora de voltar para os*

---

<sup>9</sup> Poema produzido por mim, Leiliane Martins, em 2014.

*16m<sup>2</sup> entre baratas, ratos e umidade. Meu segundo dia, tinha tido um encontro com um advogado que tinha me deixado extremamente alterada e ansiosa, visto que não me deu nenhuma garantia de quando eu poderia voltar para casa e ainda me assombrou com uma possível conversão em prisão preventiva, caso a polícia não encontrasse os demais envolvidos para coleta de depoimentos. E assim, nos dirigíamos todas para a escada que levava ao corredor das celas. No fim da escada estavam três agentes penitenciárias que faziam o confere<sup>10</sup>. Mas eu, estava pensando no encontro fatídico que havia tido e, por um instante, esqueci de onde estava. Porém, instantaneamente fui lembrada com um: “Sua vagabunda, tu tá louca?”. Nesse instante senti ser pega pelo braço por uma agente penitenciária, a colega de cela à minha frente fazia sinal para que eu parasse de andar e voltasse, enquanto a agente que estava sentada berrava com sua prancheta na mão. Nesse momento violei uma das regras, levantei a cabeça e ergui meus olhos, e ela se abalou ainda mais, seguiu olhando, e ela disse: “Não olha pra mim, quem tu tá pensando que é, vira para parede e vai ficar aí”. Seguiu murmurando (Diário de campo, 2º dia, 2014, DF).*

\*\*\*

Segundo Renata Lima Aspís (2017) a resistência como re-existência, ou como (re)existência, como prefiro dizer, nada mais é do que a insistência em existir, reincidência na existência. Trecho perfeitamente aplicável na vida em aprisionamento institucional onde a cada tentativa de coisificação, de massificação, de assujeitamento e desapropriação de si tratamos de insistir em existir, de novo e de novo. Segundo a autora este é “um movimento, reiterado em passos e piruetas, criação de caminhos e retomadas, resistentemente, re-existentamente” (ASPIS, 2017, p.81).

Existir dentro do sistema prisional brasileiro em situação de aprisionamento institucional é uma tarefa difícil, é um misto de vontades, da vontade de ser invisível com a necessidade de ser alguém. As invisíveis não atrapalham a ordem do sistema, ordem que é ditada pelas regras da instituição, mas que também tem suas próprias regras entre as internas.

Assim, quero levar você leitora ou leitor, aos caminhos do aprisionamento institucional, desde o momento em que soube que não seria somente um depoimento e

---

<sup>10</sup> Confere: termo utilizado para o procedimento de verificação, onde é dito o sobrenome da interna e a mesma deve falar seu nome de registro em voz alta.

que não teria o mesmo tratamento dos demais envolvidos na investigação, eu, única mulher não tenho o direito de cumprir a prisão provisória dentro do complexo da polícia civil: “*Você será levada ao presídio feminino, logo após passar pelo exame de corpo de delito, aproveite o tempo que está aqui, porque lá é o inferno*” –me disseram, depois de quatro horas de depoimento.

Como ser resistência? Como resistir, questionar ou existir quando deixamos de ser uma “cidadã de bem” e passamos a fazer parte da massa carcerária, da superlotação, da bandidagem, da página policial, do noticiário de TV? Em um dos relatos da obra de Nana Queiroz, uma das entrevistadas diz: “Será que as pessoas passariam a presumir coisas sobre sua vida na cadeia até mesmo dentro de sua própria casa? (QUEIROZ, 2020, p.267).

\*\*\*

*Quarenta quilômetros de incerteza – No pátio do Complexo da Polícia Civil, nessa hora os jornalistas já tinham ido embora, uma policial me acompanhou até a porta de uma sala de espera onde tinham poucas cadeiras plásticas brancas encardidas, tinham algumas mulheres sentadas, uma algemada, e uma porta que lembrava um hospital mal conservado, sentei. Depois de um tempo ali, tentando entender o que estava acontecendo, ouvi a voz de um homem que disse meu nome pelo lado de dentro da porta, eu entrei. Tinha uma mesa como em um consultório médico, e uma mureta de mais ou menos um metro e meio, ele disse para tirar a roupa, eu perguntei: “Toda a roupa?”. Ele disse: “Pode ficar de calcinha”. Me disse, ainda, para ficar parada, o local onde eu estava era mais ou menos uns dois metros distante dele, disse para ficar de frente e depois virar de costas, em seguida disse para vestir a roupa. Não olhei para o rosto dele, não sei o que ele olhou e anotou, mas o meu sentimento foi de estar sendo violentada, violentada na minha intimidade, na minha existência, no meu direito. Eu achava que era alguém, mas estava começando a duvidar da minha própria história (Diário de campo, 1º dia, 2014, DF).*

\*\*\*

O trajeto do Complexo da Polícia Civil do Distrito Federal até a Penitenciária Feminina do Gama (Colméia), tinha aproximadamente 40km, que foram de

pensamentos sobre minha família, sentimento de injustiça, de indignação, de violência, de resignação, de oração e de medo.

\*\*\*

*Depois de todas as internas voltarem para suas celas eu continuava ali olhando para parede com as mãos para trás segurando a sacola que os advogados deixaram com o policial, trincava os dentes e cerrava minhas mãos até sentir as unhas cortando a palma da mão, como forma de controlar a raiva que estava sentindo por estar ali. Eu tinha apenas esquecido de falar meu nome, mas olhar qualquer autoridade ali nos olhos era como uma agressão. “O que vamos fazer com ela?”, ouvi uma delas perguntando. “Traz ela aqui”, disse outra. Eu estava tentando manter o controle, dentes trincados e as unhas cortando..., me colocaram na salinha do espelho de novo e fecharam a porta. Daqui a pouco ela abriu de novo e me perguntou quando eu tinha chegado, eu disse que tinha chego no dia anterior, e ela disse para outra, ela chegou ontem... Vou te falar uma coisa que acho que você ainda não entendeu: “Vocês precisam muito mais de nós do que a gente de vocês, então tem que seguir as regras, entendeu? Eu fazia sinal com a cabeça. “Imagina se cada uma que chega aqui fizesse o que quer? Como tu chegou ontem vamos te dar uma colher”, disse ela. Eu perguntei se podia perguntar uma coisa, ela disse que sim, eu perguntei porque não haviam me trocado de cela, ela perguntou porque, se eu não era fumante... eu disse que não, não era por isso, mas que eu tinha curso superior. Ela parou chamou outra, ela disse que tem curso superior, tem isso aí? Mas já senti ela mudar o tom de voz, ela me disse para esperar. Voltou e me disse que não tinha essa informação na minha ficha, perguntou se eu falei para alguém, eu disse que sim, que tinha entregue os documentos na delegacia e que os advogados também tinham trazido hoje de novo, ela disse que por enquanto eu voltaria para onde eu estava, que depois viam isso, e me levaram de volta para cela 12 (Diário de Campo, 2º dia, 2014, DF).*

\*\*\*

Segundo hooks (2019), para aqueles que exercem o poder opressivo, aquilo que é ameaçador deve ser necessariamente apagado, aniquilado e silenciado. Naquele momento, eu passei a ser uma ameaça e meu processo de aniquilação e silenciamento

começou ao atravessar aquela porta. Para muitas, esse processo começa muito antes da chegada ao sistema prisional. No lado de dentro das grades, vi mulheres que nunca sequer existiram, sem documentos, sem data de nascimento, mas com uma história, mesmo que de esquecimento, muitas passaram a existir somente depois do aprisionamento institucional.

Débora Diniz (2015), tem um capítulo em seu livro “Indocumentada” que traz a realidade da mulher que vive na rua, absorvida pelo crack, que não tem registro, não lembra quem foi, nem de onde veio, agora terá nome e endereço em alguma cela da Colmeia.

Eu senti o tom da voz da carcereira se alterar quando mencionei o curso superior, como se eu tivesse sido elevada de nível por conta daquela informação, ela não estava mais gritando e nem me chamando de vagabunda, embora tenha me mandado de volta para cela 12, havia um respeito que ainda não tinha sentido lá, por parte do Estado.

\*\*\*

*Ao sair do exame de corpo de delito a policial me esperava na porta, para me dizer que eu seria levada para a penitenciária, falou alguma coisa para dois colegas dela, homens, e saiu me deixando ali. Perguntei a eles se ela não iria também, eles disseram alguma coisa como ela tem outra coisa ou outro lugar para ir, nós vamos te levar. Nessa hora eu pensei em sair correndo, estava com mais medo de entrar naquele carro, do que ir pra penitenciária. Era um carro preto, não era um carro com logotipo da polícia, tinha um giroflex, mas era só um carro preto com dois “caras”, nem lembro se estavam de farda, um colete a prova de balas eu acho, mandaram eu sentar no banco de trás, em nenhum momento fui algemada, os dois foram na frente, não tinha ideia de onde ficava a penitenciária, e o carro começou a andar. Eu tinha um terço na mão, comecei a rezar, eles me perguntaram como eu tinha chegado a me envolver com o “esquema”, eu respondi que não tinha nenhum esquema, eu só estava trabalhando e que não devia estar ali, eles riram e seguiram conversando. Minhas mãos suavam, eu olhava pela janela as paisagens mudarem, a cidade ficando para trás, o pavor de não ter certeza de onde estavam me levando, pensei só no pior, imaginei o que faria se o carro parasse de repente, se tinha algo dentro do carro que eu pudesse usar caso fosse atacada, e fiquei aliviada quando depois de 40km avistei uma placa onde estava escrito Penitenciária Feminina do Distrito Federal (Diário de Campo, 1º dia, 2014, DF).*

\*\*\*

Estar prestes a entrar no presídio para mim era menos amedrontador do que estar em um carro com dois homens desconhecidos, pensando hoje sobre isso me questiono: Porque não exigi a companhia de uma mulher? Não seria um direito de todas as mulheres? Mas naquele momento eu não me sentia detentora de qualquer direito e não tinha coragem de questionar porque me sentia acuada e esmagada pelo sistema.

A Lei de Execuções Penais Lei 7210/84 traz em seu artigo 77 inciso 2º que “no estabelecimento para mulheres somente se permitirá o trabalho de pessoal do sexo feminino, salvo quando se tratar de pessoal técnico especializado” (BRASIL, 1984). Porém ao adentrar as dependências do presídio fui recebida por um homem.

\*\*\*

*Havia um balcão de concreto verde em forma de “C” onde estava um homem sentado, um senhor que foi logo me perguntando se era minha primeira vez. Os policiais entregaram uns papéis para ele, me desejaram sorte e foram embora. Ele disse para eu não me preocupar pois não era tão ruim como aparecia na TV, me disse para virar para parede e esperar, pois iria chamar alguém para me acompanhar. Apareceu outro “cara” esse veio tirar uma foto para ficha, foto de presidiária, segurando uma placa de frente, de perfil, lembrei dos filmes que vi, tive vontade de chorar, mas não chorei, eu tinha que parecer forte (Diário de Campo, 1º dia, 2014, DF).*

\*\*\*

Na tranca<sup>11</sup>, além de todos os problemas de falta de condições sanitárias, superlotação e escassez de alimentos e quase nenhuma preocupação com a recuperação das pessoas privadas de liberdade, a situação nas prisões é ainda pior quando se trata de mulheres e pessoas com transtornos mentais, pois os espaços físicos dos presídios não foram pensados para contemplar suas especificidades, muitos presídios são adaptados para esse fim (MUNIZ; LEUGI; ALVES, 2017).

---

<sup>11</sup> Como muitas mulheres se referem à prisão.

Ir de encontro a um poder estabelecido, comportar-se de um modo diferente do estabelecido pelo poder dominante, esse é o significado de insurgir (DICIONÁRIO BRASILEIRO GLOBO, 2003), muitas mulheres que estavam naquelas celas não sabem o que essa palavra significa, mas vivem seu significado na prática.

São várias as regras e elas vem de todos os lados, a mais recente era usar o uniforme. Antes, alguns tipos de roupas eram proibidos e agora só um era o permitido, de acordo com Diniz (2015). No entanto, no dia de visitas mesmo a roupa sendo a mesma as mulheres arrumavam seus cabelos e rostos com o que era possível dentro da escassez das celas e se colocavam de forma a serem reconhecidas em meio àquela imensidão de calças laranjas que caminhavam pelo pátio. A vaidade resistia, existia e elas insistiam em reafirmar sua existência única e singular.

\*\*\*

*Lâminas eram proibidas, por motivos óbvios, mas às vezes alguém conseguia passar uma pinça metálica, praticamente uma arma dependendo das mãos em que estava. E, um dia antes da visita, a cela virou um salão de beleza onde a xerifa<sup>12</sup> pediu a uma das colegas que fizesse trilhas em seus cabelos, aqueles desenhos que comumente homens fazem em barbearias com máquinas de corte. Na cela, era usado creme depilatório e pinça, e eu... senti a dor só de olhar. Aquele corte de cabelo custou horas dela sentada na praia<sup>13</sup> com a cabeça entre as pernas da colega, entre a ardência do creme e a dor da pinça. Tudo isso com outras colegas encostadas na grade de vigia para que nenhuma agente visse o que estavam fazendo e não fossem castigadas, todo esse esforço porque na tarde seguinte ela veria sua namorada que estava em outra cela (Diário de Campo, 1º dia, 2014, DF).*

*(...)Todas se levantaram de suas camas e fizeram um círculo, é hora da oração, a xerifa me chama pra participar, eu sem jeito disse que preferia apenas assistir, uma delas pega a Bíblia e lê um trecho, elas começam a cantar músicas evangélicas e rezam o Pai-Nosso, e gritam em voz alta apontando as grades – “se Deus é por nós, quem será contra nós, se Deus é por nós, quem será contra nós” – e eu só pensava como cabia fê naquele lugar, ou se elas tinham mesmo religiosidade ou se era só um jeito de enfrentar*

---

<sup>12</sup> Como era chamada a dona da cela, geralmente era a mais antiga da cela, ou o posto era ganho pela força física ou inteligência.

<sup>13</sup> O chão entre os beliches, onde dormem as que não tem dinheiro pra pagar por uma cama e também devido ao número excessivo de mulheres em cada cela, nem todas aceitam dividir a jega.

*o martírio da prisão, fiquei impressionada e ao mesmo tempo intrigada com aquela contradição que se colocava ali. (Diário de Campo, 2º dia, DF 2014).*

*... Estavam cantando, lembro bem de uma frase “domingo de manhã” me convidaram para cantar, eu falei que não conhecia a música e que gostava de outros estilos, uma colega da cama de cima perguntou que tipos eu gostava e pediu para eu cantar alguma, cantei Djavan – Eu te Devoro, ela adorou a música e pediu que eu escrevesse para ela não esquecer, tirou de baixo do colchão um caderno (lembrei dos que eu ganhava da escola quando estava no ensino fundamental), me entregou com muito cuidado com a recomendação de não amassar e não borrar, perguntou se minha letra era bonita, porque não queria estragar nenhuma folha, eu disse que era, me entregou uma carga de caneta bic vermelha enrolada com fita adesiva, para ficar mais firme (lápiz e canetas são proibidos), depois inocentemente perguntei por quê... - eles proibem tudo que pode virar arma, nem sei como te deixaram entrar de óculos - respondi que se tivessem tirado meus óculos não conseguiria nem caminhar até a grade, elas riram – mas é verdade. Peguei o caderno com todo o cuidado e minha mão tremia, nunca tive tanto medo de errar uma palavra, a colega, dona do caderno, era viciada em drogas, ainda estava tendo crises de abstinência, mal conseguia parar de mexer os olhos, não queria que ela se alterasse por minha causa, menina linda com 19 anos, não sabia há quanto tempo estava lá... Cantarolando, escrevi, ela abraçou o caderno, elogiou minha letra e disse que guardaria para quando saísse. E logo um “cala boca” veio de alguma carcereira no corredor... (Diário de Campo, 2º dia, 2014, DF).*

\*\*\*

Segundo Natália Corazza Padovani (2015), as pesquisas no campo das prisões, além de tratar basicamente sobre homens em aprisionamento, pouco tratam das redes de afeto e, ainda ao contrário, focam a atenção para vínculos tecidos a partir ou atravessados pelas experiências dos “desafetos”, quer dizer, de relações que inviabilizam o convívio de duas ou mais pessoas dentro dos pavilhões prisionais.

A pesquisa de Padovani (2015) traz uma nova perspectiva em relação aos afetos que vão desde as redes formadas por mulheres que ainda estão em situação de aprisionamento institucional, pelas que já estão em liberdade, relações com família e cônjuges e, ainda, as relações que nasceram no cárcere. A prisão aparece como espaço

produtivo de relações tanto que os vínculos criados a partir da experiência prisional modificam as trajetórias das vidas, a cadeia muda a vida em muitos aspectos e também o faz através dos elos de afeto fortemente enredados pelos cotidianos das celas, pavilhões, filas de visitas.

Para a autora a prisão é uma tecnologia de poder em circuito, formada pelo dentro e pelo fora, pelas relações e instituições, onde apesar de ser marcada pelo confinamento possui uma porosidade que atravessa as vidas de quem habita o cárcere em algum nível, seja através de visitas, pelo próprio encarceramento, pelos profissionais, pelas demais instituições que de alguma forma se fazem presente naquele espaço.

Nana Queiroz (2015) retrata em seu estudo que a grande maioria das visitas no presídio feminino são de outras mulheres, alguns poucos rostos masculinos. Tal situação é confirmada no estudo de Varella (2017) que, por ter realizado trabalhos também junto ao sistema prisional masculino, tem um parâmetro real de comparação, em que as mulheres permanecem fiéis a seus companheiros em situação de aprisionamento institucional, mas o mesmo não acontece com as mulheres, onde os homens aos poucos vão deixando de fazer visitas e por fim desaparecem.

Vários estudos encontrados e já citados fazem menção ao abandono que as mulheres em aprisionamento são submetidas, seja pela falta de recursos financeiros das famílias, seja pela distância do presídio das suas casas de origem, seja pela total falta de vínculo. Em minha passagem pelo sistema no Distrito Federal vi estrangeiras, paulistas, nordestinas, paranaenses, goianas e gaúchas, além de outras sem família, ou que a família não sabia onde estava e tampouco que estavam presas.

Colares e Chies (2010) mencionam em seu estudo que uma das formas utilizadas para punição das mulheres presas em presídio misto no Rio Grande do Sul seria a transferência para unidades geograficamente distantes de suas famílias, evidenciando severidade maior nas punições direcionadas às mulheres do que para homens da mesma unidade, a mudança de cidade afasta as mulheres não só de suas famílias de origem como também dos filhos que torna o período no cárcere ainda mais cheio de sofrimento.

Com relação ao abandono das mulheres em situação de aprisionamento, Santos (2018) refere que isso também é reflexo da dinâmica das instituições prisionais, criando uma série de procedimentos que acabam sendo entraves para a manutenção dos relacionamentos e experiências afetivas e sexuais das mulheres. Traz o exemplo das revistas constrangedoras das parceiras e parceiros, menos toleradas pelos parceiros,

inexistência de lugares apropriados para a realização das visitas e o maior dos entraves que seria a exigência de comprovação documental atestando o relacionamento.

Segundo Márcia de Lima (2006) a chamada visita íntima até pouco tempo, era uma das formas discrepantes no tratamento de mulheres e homens em situação de aprisionamento institucional, visto ser um direito assegurado apenas para os homens. Dentre as justificativas que proibia a visita íntima para as mulheres estava a de que as mulheres poderiam engravidar durante as visitas e de que as mulheres teriam demandas sexuais diferentes em relação aos homens, enquanto os homens a necessitavam de forma fisiológica as mulheres necessitavam de afeto e proteção.

Nesse sentido Queiroz (2020) assevera que a homossexualidade nos presídios femininos é consideravelmente maior que nos presídios masculinos, que muitas mulheres se consideravam heterossexuais antes da detenção e que através do companheirismo, do apoio e do medo acabaram por se envolver com outras mulheres, chegando a usar o termo “estar lésbica”.

Em nossa perspectiva, ao observar a fluidez nas relações, esse “estar lésbica” pode evidenciar também um movimento maior de reexistência, onde há uma reescrita da existência pela performance dos corpos no exercício das relações afetivas e sexuais não-hegemônicas, entrelaçando as suas demonstrações de fé e o exercício da sexualidade de forma dissidente da norma heterossexual, rompendo com a regulação do exercício da sexualidade que pesa sobre os corpos femininos do dentro e do fora.

\*\*\*

*Os casais nem sempre podiam estar na mesma cela, às vezes eram separadas como forma de castigo ou mesmo para evitar brigas de ciúme, que segundo os relatos que ouvi eram bem comuns, A xerifa gritava na parte de cima da cela, onde tinha um vão de concreto gradeado, para sua namorada que estava em outra cela, que há pouco tinha saído do isolamento por mau comportamento, ela gritava que estava com saudades e que a amava, mesmo estando dormindo de valete<sup>14</sup> com outra na jega<sup>15</sup>. A xerifa era o que elas chamavam de “bicuda” – mulher que tem trejeitos masculinos na forma de agir e na aparência. Outras também dormiam de valete, mas não eram um casal, apenas dividiam o espaço por acordo ou aluguel. Existia uma forma de cooperação ali,*

---

<sup>14</sup> Quando duas mulheres dormiam na mesma cama uma para cada lado do colchão.

<sup>15</sup> Cama de concreto disposta em beliches, em um total de doze na cela 12.

*acho que como forma de sobrevivência e de medo, como era no meu caso. [...] Na primeira noite, quando acordei pela manhã abri os olhos e tinham outros olhos me observando, de cima da jega; ela me olhava como se eu fosse um objeto estranho, mas eram olhos de afeto e admiração, ela me disse que eu parecia um anjo acordando, me deu um pacote de biscoito e disse que eu escondesse para ninguém ver. Ela tinha uma namorada, estava com ela na jega ainda dormindo, a namorada estava presa por tráfico, mas parece que o real motivo era ter se envolvido com um policial. Tive medo, mas achei melhor aceitar, afinal, ali comida era ouro (Diário de Campo, 1º/2º dias, 2014, DF).*

\*\*\*

Mesmo estando na mesma situação de aprisionamento das demais, eu não era como as demais, eu carrego o privilégio de ter um corpo branco, uma mulher branca em um lugar onde o corpo negro, de mulheres negras, é o comum, é o esperado. Pude perceber esse cuidado com minha brancura em vários outros momentos dentro do cárcere. A “xerifa”, mulher braba, logo que cheguei me fitou os olhos e, com a mão no meu rosto, disse que eu parecia uma princesa. Será que uma mulher negra que estivesse na mesma situação que eu, que tivesse a mesma escolaridade e sendo acusada pelos mesmos crimes teria o mesmo despertar afetivo das companheiras de cela?

\*\*\*

*Era o banho de sol embora o lugar não pegasse muito sol, era tipo um salão que me lembrou o pátio de uma escola de freiras que trabalhei, bancos de concreto em volta, e um frio que vinha de algum lugar. Tinha uma cantina a direita e a mulher (presa classificada<sup>16</sup>) que me recebeu estava lá vendendo coisas. Havia um cheiro de café muito bom e fiz esse comentário. Uma mulher que estava sentada próximo a mim, perguntou se queria que ela pegasse um café para mim, eu respondi que não tinha dinheiro, ela disse custa R\$ 1,00, eu disse que não tinha dinheiro algum. Ela levantou foi lá e comprou um café para mim, agradei e tomei aquele café com um nó na*

---

<sup>16</sup> Mulher de bom comportamento que trabalha para diminuir a pena, em geral trabalha para o presídio e não é bem vista dentre as demais mulheres por estar do lado das carcereiras e não das companheiras de cela.

*garganta. (...) Você vai comer isso ai, disse uma se referindo a xepa, eu disse que sim... não tinha opção, ela me disse que tentaria conseguir alguma coisa para mim e que não comesse aquela “porcaria”, minha barriga já estava roncando quando alguém me chamou na porta da cela... “mandaram te entregar...depois ela manda buscar o pote” um pote de tampa verde, nele tinha arroz branco e um ensopado de legumes com carne, quente... Na hora pensei se deveria ou não comer, porque eu seria merecedora daquela gentileza??? Mas estava com fome e tinha um cheiro ótimo, comi... Lavei o pote na pia do banheiro, mas não tinha detergente, nem esponja... lavei como deu e esperei, mandaram buscar o pote. (...) Já era noite e todas estavam em suas camas. Nessa cela diferente das outras, éramos em 9, cada uma em sua cama, apenas uma mulher negra, ela era de pouca conversa, tinha uma espécie de cortina que cercava seu beliche que mantinha mais fechado do que aberto. Ela antes de fechar a sua cortina perguntou se eu estava com fome, eu disse que não (embora estivesse), ela me chamou e me alcançou um achocolatado e uma maçã, eu disse que não precisava ela disse que tudo bem, ela poderia comprar de novo e eu não (Diário de Campo, 3º dia, 2014, DF).*

*(...)Logo após o café uma agitação se percebia na cela, era dia de visita, segundo me disseram apenas para as internas até a letra M, as demais teriam visita na outra semana, em um segundo pensei que poderia alguém ir me ver (só tinha uma pessoa na cidade), mas antes que eu pudesse me animar, uma delas já me disse, mas tu não... só depois de quinze dias aqui é que se pode receber visita, (pensei comigo, que crueldade). Quando ela concluiu que eu nem receberia porque já teria ido embora (pensei de novo – tomara mesmo). “Todas até a letra M para fora”, disse a carcerária. Fiquei em dúvida se ia ou não, mas fui. Em fila, em ordem, cala a boca, confere (e lá foi feita a chamada oral). Depois todas em fila descendo para o pátio – me senti na hora do recreio da escola. O pátio sem sombra, no sol do cerrado, cimento – logo pensei que teria uma insolação, precisava ficar na sombra, como ia ser se ficasse toda queimada, na direita havia o que elas chamavam de rodoviária, quatro pilares altos de cimento, uma mureta, com telhas que faziam alguma sombra, sentia como se todos os olhos estivessem me olhando, me dirigi para mureta e sentei onde não havia ninguém, fiquei ali olhando para o muro, tentando não chorar de desespero.*

*Duas mulheres se aproximam, não sei se cumprimento, se posso olhar para elas, uma bem alta vinha mais atrás, trejeitos masculinos e outra menor vinha na frente, “Oi” – ela disse, respondi... Oi, - tu é aquela que veio do banco né? Eu disse que sim...*

*continuou ela... você conhece dinheiro? E eu fiquei tipo, hã? Ela continuou, é que assim me pagaram aqui outro dia um corre que fiz com duas notas de cem e uma delas eu usei na cantina, e a nota era falsa, a desgraçada me pagou com nota falsa, agora além do tempo que estou aqui vou ter que responder por isso também aí queria te pedir um favor... (nessa hora eu gelei a alma) nem sabia ainda o que era mas já estava com medo de dizer que não... ela seguiu “tenho aqui a outra nota que ela me deu... você pode olhar para ver se é verdadeira? Não pode ser aqui, leva lá no banheiro (o pátio tem banheiros... três que eu me lembre, do outro lado do pátio, e tem porta, já que é usado pelas visitas), ninguém pode ver disse ela colocando um papel enrolado na minha mão...*

*Se eu dissesse que era verdadeira e ela fosse falsa e pega, estaríamos encarceradas, se alguém me visse com aquilo, verdadeira ou não, também estaria encarcerada (dinheiro corre solto lá dentro, é limitado, comércio entre internas é proibido, mas fingem que não estão vendo, mas a ideia de estar fazendo algo contra o regulamento me deixava em pânico). Se fosse mesmo falsa alguém estaria encarcerada. Mesmo sem eu saber quem era, ela poderia saber quem eu era, pensei isso em uma fração de segundos, e me dirigi até o banheiro com aquele rolinho de papel na mão. Nunca identifiquei uma nota falsa tão rápido, e logo abri a porta e me dirigi de novo até o lugar onde as duas me esperavam. Entreguei a ela e disse que era falsa, bem falsa... ela ficou realmente agradecida e me convidou para ficar com elas, já que aquele lugar que eu estava já tinha dona e logo ela ia chegar (obviamente todos os lugares à sombra tinham donas). Ela disse não receber visita há bastante tempo, geralmente sua mãe que vinha, mas estava vindo menos ultimamente, contou que tinha um namorado antes de entrar e que por causa dele estava lá, ela dirigia e ele não (tinha dezenove anos), pediu que ela levasse ele e um amigo em um posto de gasolina para comprar bebida, que não precisava nem desligar o carro pois seria rápido, ela parou o carro e logo percebeu que eles iam na verdade assaltar o posto. Ela disse que não sabia, o cara do posto reagiu, atirou acertou o namorado, ele entrou no carro sangrando e ela não sabia o que fazer, ele desmaiou, ela foi pro hospital, o amigo fugiu e eles dois foram presos logo em seguida. Pegou 19 anos, disse que arrumou muita confusão na cadeia que aumentaram a pena dela, mas que agora estava calma não queria mais confusão, só puxar o tempo que faltava e tentar recomeçar. Pensei que seria bom estar perto dela, mas que poderia não ser uma boa ideia também, definitivamente não sabia como me comportar lá. (Diário de Campo, 2º dia, 2014, DF).*

\*\*\*

Segundo Santos (2018) na situação de aprisionamento institucional as pessoas se movimentam, restauram laços (re)desenhando afetos, tecendo os fios de uma rede que reconfigura desejos, prazeres e corporalidades. Nas palavras do autor, “na cadeia, resistência é substantivo e verbo, sobrevivência é arma de ponta afiada” (SANTOS, 2018. p. 17).

Para Ireland e Lucena (2013), que trazem um estudo sobre o presídio feminino como espaço de aprendizagens, dentro do cárcere há um misto de processos de dominação e subjugações dos sujeitos com uma necessidade de novas estratégias de sobrevivência, novas sociabilidades e conseqüentemente novas aprendizagens.

Em um dos depoimentos trazidos pelos autores uma das mulheres em encarceramento nomeia o cárcere como “outro mundo”, onde a confiança é limitada e amizade, respeito, união, inveja, ganância e covardia se misturam, onde a liberdade passa a ser valorizada e as relações passam a ser vistas com outros olhos (IRELAND; LUCENA, 2013).

Já para Natália Corazza Padovani (2015) em seus anos de pesquisa no cárcere ela conheceu muitas mulheres que estabeleceram, o que ela chamou, de laços de irmãs, que são laços de amor, relacionamentos de ajuda mútua enredados por trocas de afeto, cuidados e dinheiro. Laços formados na dura caminhada da prisão, que mantinham a vida em sentido amplo, se reproduzindo no dentro, no fora, nas transferências, nas progressões de pena, gerando um sentido novo na vida de todas que de alguma forma estavam no cárcere.

A vida em aprisionamento institucional é um misto de isolamento físico e psicológico com uma nova forma de atravessar os muros, através das transferências, catataus<sup>17</sup>, cartas e telefones. As relações que se formam e ultrapassam as sentenças, as distâncias e as barreiras físicas, elas são uma forma de re-existência no cárcere, mas coexistem com a subalternização, a mortificação e o isolamento (PADOVANI, 2015).

\*\*\*

---

<sup>17</sup> Forma de comunicação típica no presídio, bilhetes.

*Estava eu andando em volta do pátio no dia de visitas quando uma das internas que estava sentada no chão encostada na parede me chamou: “Tu és aquela nova que chegou né? Aquela do banco?”. E eu que já tinha ouvido isso diversas vezes nas últimas horas apenas confirmei, e ela prosseguiu: “Estás em qual cela? Eu disse na 12, e ela disse: “Sério? No corró, mas porquê? Não é lugar para você, aquilo nem é lugar de gente, pede para ser transferida para cela 6, as meninas lá são tranquilas, é onde eu estou, tu fumas?”. Eu disse que não. Então, ela seguiu: “Aquela é a pior cela daqui, são sujas, tudo nóia<sup>18</sup>, pede para [carcereira] te trocar, diz para ela que tu não fuma que ela te troca, mas pede para ela, não pede para a outra, porque essa é o cão. Eu sou pastora, me converti depois que entrei aqui, estou aqui por latrocínio, mas assim era para ser só um roubo... mas o cara inventou de reagir, daí se eu não atiro eu morro, tive que atirar, menos mal que não morreu, tu não achas?”. Perguntou ela pra mim, aguardando minha aprovação... (Diário de Campo, 2º dia, 2014, DF).*

\*\*\*

Ela nunca tinha me visto, mas considerou que a cela 12 não era lugar para mim, até mesmo dentro do presídio havia lugares piores e melhores, descobri isso nesse dia, e me perguntei, porque as mulheres da cela 12 eram as piores, eu encontrei lá um senso de coletividade, hostilidade às vezes, mas na maioria do tempo havia cooperação e bem estar coletivo, dentro das escassas possibilidades.

Um estudo sobre identidade de gênero por Erika Patricia Teixeira de Oliveira (2009), em um presídio do norte do Paraná, traz relatos de mulheres sobre a separação/discriminação de algumas mulheres dentro do presídio de acordo com o crime cometido. Além delas já serem separadas institucionalmente de acordo com a gravidade do delito, havia uma classificação entre as detentas. Uma mulher presa por roubo é desvalorizada em relação às presas por tráfico, por exemplo, além disso mulheres vivendo com HIV e viciadas em drogas também são vistas com maus olhos entre elas (DINIZ, 2015).

O estudo de Santos (2018) relaciona o gênero, raça e classe à situação social das mulheres em encarceramento, que em geral são as mulheres negras e pobres, um dos grupos mais vulneráveis aos efeitos da política punitiva que organiza as relações sociais

---

<sup>18</sup> Termo utilizado para se referir a viciadas em drogas.

na realidade brasileira, além disso ,geralmente, são pouco escolarizadas e oriundas de regiões periféricas.

Lembro de ser questionada sobre onde morava e se tinha carro, além de me considerarem fisicamente incompatível com aquele lugar, sendo eu branca e letrada (como diziam), minha suposta condição financeira favorável também se tornava um marcador importante para que elas delimitassem o meu lugar dentro daquele espaço. Ficava nítido para mim, o que seria lugar da mulher negra e da mulher branca, lugar da pobre e daquela com uma condição econômica confortável.

A partir das taxas de encarceramento no Brasil (DEPEN, 2020) que corroboram a ideia de Santos (2018) e mesmo com a minha própria percepção focal, que escancaram que a maioria das mulheres presas são pobres, negras e pouco escolarizadas, é possível dizer que a prisão é uma estrutura punitiva que corporifica conflitos de gênero, de raça e classe social, que estão entranhadas na constituição histórico-cultural da sociedade brasileira.

\*\*\*

*A cela tem suas regras e elas estavam escritas em um pedaço de papel na parede do fundo, dentre a regras, está a de tomar banho quando se chega do fora, a limpeza separada por escalas um dia para as que estavam nas jegas e outro dia para as que estavam na praia, e depois de um tempo de conversa me questionaram se eu havia “me banhado”, eu disse que não, elas foram enfáticas tens que tomar banho agora, pensei ... e agora? Nas coisas que me entregaram, tinha a roupa laranja, duas calcinhas, dois sutiãs, um sabonete, meio rolo de papel higiênico e um pacote de absorvente. Era só isso que tinha. Eu não tinha nem shampoo, nem toalha, mas eu não falei nada. Pensei: “Não sei o que eu vou fazer, mas eu vou dar um jeito”. Fui em direção ao fundo da cela tinha dois murinhos que passavam um pouco a cabeça da gente. E no chão o “boi”<sup>19</sup>, para fazer qualquer coisa, tinha que agachar no chão. Então, era uma perna de cada lado do boi para poder tomar banho, a água que caía do cano – porque não tinha chuveiro –, obviamente era gelada. Tinha um pano, um trapo, parecia um pano de chão, todo furado, todo sujo, preso de um lado e do outro do muro, como se fosse uma cortina. Não tapava muita coisa. Tapava apenas uma parte da abertura. Só que era tão*

---

<sup>19</sup>Um vaso embutido no chão com um buraco, onde se fazia as necessidades, não há descarga, a água que sai do cano que se toma banho é a mesma que carrega o que está no vaso e a mesma que se toma também.

*escuro lá dentro – não tinha lâmpada –, que nem dava para enxergar nada nem do lado de dentro e nem do lado de fora. Enfim, eu abri o registro daquele cano e tomei banho com aquele sabonete, tentei torcer bem o cabelo não podia pedir ajuda, fiquei um pouco lá dentro passei a mão no corpo para tirar o excesso da água, me sacudi feito cachorro e coloquei a roupa. Voltei para o mesmo canto onde eu estava, na beira da grade. Até hoje lembro disso quando ligo um chuveiro.*

*Estava frio, estava molhada e a noite chegava mais rápido, anoitece cedo na capital, e eu não tinha ideia como seria dormir naquele lugar, com meu pedaço de colchão fiquei observando como seria a organização delas e esperando se sobraria um lugar para mim, “deita virada pra cá” - me disse uma moça simpática e sorridente, ela disse que poderia deitar ao lado dela na praia. Guria linda, 19 anos, negra de olhos e lábios grandes, sorriso largo, alta e magra, tinha uma Bíblia debaixo do colchão, estava fazendo programa quando o carro em que tinha entrado foi parado em uma blitz, no porta-malas armas e munição e o motorista foragido da justiça, ela disse que ninguém acreditou nela quando disse que acabara de entrar no carro, estava a 90 dias lá sem ter tido nem a primeira audiência, quer sair e voltar para igreja, pai e mãe evangélicos, disse que fazia programas para poder comprar as coisas dela, tem planos de voltar a estudar e pedir perdão a família, que nunca a visitou...*

*...Era o terceiro dia, mal dormi com o barulho que vinha do isolamento, e por todos os outros motivos da noite anterior, tinha medo de fechar os olhos, então eu resistia o quanto podia. Depois do café da manhã, algumas foram convocadas para consulta odontológica, e havia um pouco mais de espaço, uma das colegas perguntou se queria deitar na cama dela para descansar um pouco (a mesma que ficou com meus óculos na primeira noite, para que ninguém pisasse em cima). Confesso que tive medo que fosse uma cantada, mas ela desceu da cama para que eu subisse, consegui me esticar, mas logo vi as baratas se movendo no espaço de concreto logo acima da cabeceira, tentei ignorá-las para não parecer boba, cochilei alguns instantes, logo uma carcereira apareceu perguntando quem queria trocar de cela, porque aquela estava cheia demais. Lembrei da pastora do dia anterior, e logo ela pergunta, cadê aquela do banco? Eu coloco a cara na grade, e ela pergunta você fuma? Não? Então vem para cela seis que tem vaga, me despedi rapidamente porque ela me apressava, agradei a cama e sai da grade para esperar.*

*Na nova cela, iniciaram todas as perguntas novamente, mas nessa tinha uma pequena TV de tubo onde estava passando o noticiário muito chuviscado (mas entendi como já*

*sabiam quem eu era ao chegar), a pastora não estava, estava trabalhando disseram. Ali realmente parecia mais organizado, mas pode ter sido só porque antes estava no “corró” mesmo. Uma menina que puxou conversa, 171 e mais alguns. Já era sentenciada, jovem e bonita, cabelo por pintar, vaidosa, cheia de potinhos de margarina com seus pertences na parte de cima da cabeceira de concreto. Disse sonhar em ter uma loja de roupas, gostava de moda, presa por fraude no Fundo de Garantia, estava só fumando maconha quando a polícia parou o carro dela em uma blitz, mas o porta malas estava cheio de documentos da quadrilha, prenderam todos, me deu detalhes de como faziam o trabalho, acho que acreditou estar falando com alguém da “área”, perguntei se teria uma vida lícita ao sair e ela respondeu, que sim, mas como ia arrumar o dinheiro para loja? Teria que fazer uns ilícitos primeiro... (Diário de Campo, 1º, 2º e 3º dias, 2014, DF).*

*No dia de visitas, enquanto andava pelo pátio na companhia de uma colega de cela, presa pela primeira vez por tráfico – foi pega vendendo a primeira pedra em uma praça de Taguatinga. Ela era negra, miudinha, cabelos amarelos, empregada doméstica com carteira assinada, mãe solo de um filho de 5 anos, não estava mais conseguindo pagar o aluguel, ficou com vergonha de pedir outro adiantamento à patroa e foi aliciada por conhecidos do bairro que sabiam da situação dela. Hoje o filho está com a avó, ela teria seu alvará de soltura naquela noite, para responder em liberdade, mas ainda não sabíamos disso (Diário de Campo, 2º dia, DF, 2014).*

\*\*\*

Segundo Oliveira (2009), a maior parte das mulheres em aprisionamento trabalhavam em empregos de baixa remuneração, empregadas domésticas, ambulantes, babás, catadoras e a situação de vulnerabilidade dessas mulheres se agrava quando elas saem do cárcere; a dificuldade em conseguir uma colocação no mercado de trabalho por carregarem o peso de serem ex-presidiárias e a falta de investimentos do Estado para recolocação dessas mulheres na sociedade acaba por empurrá-las de volta ao crime como única alternativa de sobrevivência.

O estudo de Scherer et al (2020), realizado com mulheres em situação de aprisionamento em São Paulo, buscou compreender as representações sociais que elas têm sobre prisão, violência e suas consequências. Uma das mulheres entrevistadas traz o seguinte: “A gente pode ser lixo pra sociedade, porque na realidade nós somos, entendeu? Mas só que nós somos seres humanos, também. E até lixo é reciclável, né?”.

Na pesquisa os autores citados acima evidenciam como as representações sociais que elas possuem sobre si mesmas fazem com que se percebam duplamente “aprisionadas”, seja do ponto de vista objetivo, como mulher privada de liberdade; e subjetivo, como mulheres com seus direitos desrespeitados e suas possibilidades de reabilitação limitadas pelo sistema prisional (SCHERER, et al, 2020).

\*\*\*

*Comer nunca foi um problema para mim, até conhecer a xepa (como chamam almoço e jantar), antes mesmo que elas pudessem me alertar sobre sua fama, já tive o primeiro contato logo no primeiro dia, o jantar é servido ainda de dia até porque sem energia elétrica seria difícil comer, então pensei: “Aqui se fica gorda comendo essa ração todos os dias”. Era um “marmitex” de alumínio pesado, comida fria, sem tempero, linguiça de frango praticamente crua. Depois que saí do sistema prisional demorei anos para conseguir comer linguiça de novo. Dei algumas colheradas porque sabia que seria a única coisa que teria para comer. A xerifa recolheu as linguiças de algumas mulheres que, como eu, não conseguiu engolir. Ela comeu com gosto, outras comentaram que se deixar ela comeria de todas, ela parecia gostar, criada na rua, dizem que sempre pelas voltas da rodoviária do Plano Piloto, durava pouco no fora, acostumada ao dentro, tinha um nome, já perdia as contas de quantas vezes foi presa, roubo, drogas, comentou-se que ela teria matado um cara, mas ninguém tem coragem de perguntar. Ela, sem casa, se sentia em casa no Corró (Diário de Campo, 1º dia, DF, 2014).*

\*\*\*

Segundo Isabela Laragnoit (2021), são inúmeros os dispositivos legais, nacionais e internacionais que dispõe sobre o direito que o ser humano tem à saúde, saneamento e dignidade, no entanto, o autor traz diversas formas de transgressão desses dispositivos quando se trata de pessoas em aprisionamento institucional, tanto homens quanto mulheres.

Débora Diniz (2015) descreve em detalhes as baratas dividindo os espaços com as mulheres nas celas, e traz relatos de comida estragada sendo servida com dejetos de ratos e pedaços dos mais diversos objetos, como plástico e pedaços de corrente de ferro.

Surpreendentemente, ou não, há pessoas que acreditam que homens e mulheres em aprisionamento institucional não têm direito de ter alimentação digna ou de reclamar. Muitas vezes eu lembrei disso quando estava no cárcere, por que não me sentia detentora de direito algum, a água gelada do banho, ausência de condições sanitárias, itens de higiene, ou de lugar para deitar, água para beber, alimentação decente e suficiente.

Quanto às condições básicas de sobrevivência, Isabela Laragnoit (2021) faz referência a uma decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, referente ao fornecimento de água, onde os mesmos escreveram em seu parecer que os detentos não podiam exigir, ou melhor, eram os que menos poderiam exigir o justo fornecimento de água e que os órgãos públicos deveriam se dedicar em conceder direitos a quem cumpre a lei e sabe viver em sociedade.

Esse tipo de pensamento sempre foi gerador de discussões e, opiniões condizentes como essa decisão do tribunal sempre surgem, estando cada vez mais presentes, principalmente, com o advento das redes sociais que dão visibilidade e coragem para que as pessoas disseminem todo o tipo de desinformação e opiniões parciais sobre os mais diversos assuntos.

\*\*\*

*...Tinha fumaça por todo o lado, cheiro de papel queimado se misturava com a nicotina e com a maconha, essa era proibida, mas muitas carcereiras preferiam fingir que não viam, porque as meninas ficavam calmas. Mas aquela fumaça tinha cheiro de torta, um fogareiro improvisado com os alumínio das marmitex recolhidas na hora do almoço; o recheio da torta era das sobras de galinha dos pratos de todas que estavam na cela, que foi misturado com molho de tomate trazido da cantina no dia de visita e uma lata de milho verde; a massa feita com margarina e bolacha de sal amassada; a comida melhorada seria só para quem comprasse. Eu só pensava no fogo, nas notícias de TV falando de incêndio em celas de cadeia, pensava que tudo ia queimar comigo lá dentro, ajudava a dissipar a fumaça pela grade com panos, além disso tinha brigadeiro, feito com achocolatado e leite condensado, vendidos a R\$1,00 real para quem quisesse e pudesse, o que não era o meu caso... (Diário de Campo, 2º dia, DF, 2014).*

\*\*\*

Comer dentro das trancas é um ato de resistência e de coragem, pequenos desafios a ordem natural do presídio se mostra em brigadeiros e fogões de alumínio, não há ato de rebeldia maior do que tentar ser humano, pequenos “luxos” que podem ser ostentados naquele pequeno espaço que abriga muito mais que crimes e histórias trágicas de vida.

Há uma Resolução do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária que estabelece uma lista de itens básicos de higiene que devem ser fornecidos aos ingressantes do sistema prisional (além de colchão, roupas de cama e banho), dentre eles está sabonete, xampu, desodorante, rolos de papel higiênico, aparelho de barbear (inclusive para as mulheres), escova de dente, creme dental, absorventes (15 unidades), dentre outras especificidades. Destes recebi um sabonete, meio rolo de papel higiênico, um pacote de absorventes, um colchão (a esponja de um), e um cobertor.

No terceiro dia senti que meu corpo estava mais incomodado que o esperado, minha menstruação havia descido, sem aviso, fora da data, talvez reflexo da falta de contraceptivo ou da movimentação anormal do meu estado físico e psicológico, e trago essa questão devido a não observância das peculiaridades dos corpos femininos no cárcere. Tal como o descrito no parágrafo anterior e também como o que traz a pesquisa de Nana Queiroz (2020), logo em seu título “Presos que menstruam”.

Na cela 12 tinha uma menina de pouco mais de 20 anos, com feições de adolescente ainda, há menos de cinco meses tinha tido uma criança no fora, mas veio para o Corró com barriga avantajada e se disse grávida novamente, reclamando de dores na barriga começou a sangrar, e segundo ela, perdeu a criança pelo ralo do “boi” e seguiu sangrando, sem que ninguém viesse examiná-la, assim ficou até que fui transferida. Ser presa e mulher é ser a escória da escória (COLARES; CHIES, 2010).

É comum no sistema prisional, segundo Santos (2018), as mulheres serem desacreditadas quando se trata de questões de saúde, os agentes de segurança tratam como fingimento ou ainda tentam minimizar os efeitos provocados pelas enfermidades relatadas pelas mulheres.

Em um estudo realizado nos anos de 2006 e 2007 nos presídios de Pelotas, Rio Grande, Camaquã e Santa Vitória do Palmar (todos no Rio Grande do Sul), todos considerados mistos, abrigando homens e mulheres, os autores trazem a perspectiva das mulheres que dividem o espaço com os homens em aprisionamento, para os autores a

ordem é masculinizante, e a medida de todas as coisas, são os corpos masculinos, o que sobra fica para as mulheres (COLARES; CHIES, 2010).

Para Scherer, et.al. (2020) as questões de gênero são pulsantes desde o ingresso até a saída das mulheres do sistema prisional, o sistema reforça a clássica divisão de funções e tarefas entre homens e mulheres, bem como a sexualização dos serviços, tornando as mulheres eternas reféns, aprisionadas em um ciclo infernal de desigualdade social.

Para Santos (2018) a falta de adequação às necessidades específicas das mulheres – indo desde os banheiros inadequados, falta de absorventes e roupas íntimas até a escassez de regulamentos destinados à população carcerária feminina - agravam as desigualdades de gênero, tornando ainda piores as consequências do encarceramento sobre a vida das mulheres e de suas famílias. Grande parte delas são responsáveis pela criação dos filhos e pela manutenção da casa, sendo assim, a prisão empobrece ainda mais a família, impõe a necessidade de reorganização familiar, interrompe sua convivência com os filhos que, em muitos casos, ficam expostos a situações de desproteção.

\*\*\*

*Ela, negra, miudinha, rosto triste, sentou ao meu lado para tomar o café da manhã, uma caneca de leite com café e um pão, e me contou que tinha dois filhos, um casal, com 2 e 4 anos, trabalhava no lixão da Estrutural (Vila na periferia do Plano Piloto). Lembrei de quando passei por lá, porque havia pego um ônibus errado e do quanto tive medo. Ela continuou falando, disse que era catadora, mas que o que ganhava era muito pouco, um cara ofereceu para ela em um dia o que ela ganharia em um mês no lixão, ela disse que não queria aceitar mas já estavam passando fome, pegaram no primeiro dia que tentou vender cocaína, ela falava com lágrimas nos olhos, disse que não era traficante e que não levava jeito pra isso, tanto que estava lá, falava com tom de resignação e de frustração, disse ter saudade dos filhos, que doía pensar neles(Diário de Campo, 2º dia, DF, 2014).*

\*\*\*

Muitas mulheres são abandonadas por suas famílias, ou já não as tinham antes de entrarem no sistema, os maridos/companheiros as abandonam ou também estão presos, os filhos são levados por parentes ou colocados em abrigos sem que elas possam retomar o relacionamento e o vínculo, tornando a vida no fora uma extensão do dentro, como se estivessem aprisionadas pelo sistema mesmo estando fisicamente fora das grades (OLIVEIRA, 2009)

\*\*\*

*...Eu tenho três filhos ela me disse, um deles nasceu aqui no presídio, e levaram embora quando não pude mais amamentar, soube que foi adotado por uma policial, isso não tá certo, me trouxeram uns papéis para assinar, mas nunca me disseram que era para dar meu filho, isso já faz dois anos e nunca tive nenhuma notícia dele. Tu que parece que entende dessas coisas, eles podem fazer isso? Já falei com assistente social, mas eles só me enrolam dizem que não sabem o que aconteceu, mas é claro que sabem. Meus outros dois filhos estão em São Paulo com minha mãe, ela nem sabe que estou presa, nunca recebi visita. Vim para Brasília porque casei com um cara e ele era pedófilo, eu não sabia, mas ninguém acredita em mim, me condenaram por ser cúmplice, imagina eu com dois filhos ia casar com um pedófilo. Aquele desgraçado... por causa dele estou aqui e sem meus filhos, eu nunca ia apoiar uma coisa dessas. Mas ninguém acredita em mim. (Diário de Campo, 4º dia, 2014, DF).*

*No mesmo dia que me puseram na cela 6 encontraram meu diploma de curso superior e depois do almoço me informaram que seria transferida de ala, teria que entregar o uniforme (não entendi o porquê, mas ainda bem que naquela manhã meu noivo havia mandado entregar lá uma toalha, uma calça, uma blusa – foi só o que deixaram entrar). Troquei de roupa correndo e uma mulher me acompanhou por aqueles corredores escuros que aos poucos foram se iluminando, saímos em um pátio, ela [a carcereira] parece ter se transformado, perguntou meu nome, eu disse. Então, ela disse que ali todas eram chamadas pelo nome, eu seguia sem entender nada, vi um jardim, uma pessoa a cuidar das plantas que a cumprimentou, chegamos em uma porta que não lembrava em nada as portas das alas anteriores, eram claras e iluminadas, ela chamou uma mulher que não vestia uniforme e disse para me levar até determinada cela. Ela se apresentou (presa classificada) e disse que aquele colchão que eu levava estava*

*horrível que iria arrumar um melhor, me apontou a cela que ficaria, a porta estava aberta, nesta havia camas de ferro, estava vazia, porque as demais internas estavam trabalhando, eu estava sozinha de novo. Fiz como da primeira vez e sentei no meu colchão longe das camas esperando para ver o que acontecia, havia um banheiro, e tinha um vaso, nunca fiquei tão feliz em ver um, e tinha um chuveiro, ainda gelado, mas um chuveiro, eu chorei... Chorei por mim e por todas as outras que estavam nas outras alas, resolvi tomar banho enquanto não havia ninguém, tinha até uma cortina de pano na abertura da porta. Logo chegou a mulher de novo com um colchão novo e um lençol (Diário de Campo, 3º dia, 2014, DF).*

\*\*\*

Muitas coisas diferentes eram evidentes nesse novo lugar em que eu estava, me parecia que todo aquele lugar deveria ser assim. Porque as mulheres da outra ala eram tratadas daquela forma? Não tinham nome, dormiam amontoadas feito ratos, sem luz, sem um banheiro descente, sem colchão, e logo ali adiante nessa ala eu passei a ter nome, podia ter uma cama e um vaso sanitário no banheiro. Todas nós éramos para ter direito a isso.

## 5 Faces do encarceramento: a negra, o homem, a rica, a louca, a livre

### **Bandida tem cara**

De que raça a massa é formada  
Aquele esquecida, pobre, ignorada  
De que raça ela não é formada  
Não é da letrada, nem da esplanada  
Será que bandida tem cara ainda?  
Reflexos de fora no dentro  
Já vêm com alvo, banidas  
Tem face, tem classe, já nascem punidas.  
Leiliane Martins<sup>20</sup>

*A conversa iniciava quase sempre do mesmo jeito, porque estás aqui? Eu estou por 157, 33, 35,171, 121,155, 129, 159, 334 e mais um tanto de números que não lembro, a cada pergunta que me faziam eu respondia que não entendia de códigos e elas me traduziam em palavras seus crimes e codificavam os que eu estava sendo acusada – lavagem de dinheiro, formação de quadrilha, enriquecimento ilícito, associação criminosa e mais um que não lembro, e ao fim da lista vinha sempre a questão, quanto você ganhou? E lá ia eu explicar que não tinha feito nada, muitas não acreditavam, ouvi um comentário – deu na TV que era 20 milhões. Ora eu ficava irritada, ora achava engraçado. Mas em uma dessas conversas eu respondi sem pensar e nunca mais esqueci dos olhos dela quando falei – uma mulher negra presa por tráfico, foi levar drogas para marido na Papuda<sup>21</sup>, que me questionou se eu era ou não culpada, e eu respondi: “Claro que não, estou aqui por um engano, estava só trabalhando, lá eu tenho cara de bandida?” E rapidamente ela me respondeu, e eu tenho?(Diário de Campo, 1º dia, 2014, DF).*

\*\*\*

<sup>20</sup> Poema produzido por mim, Leiliane Martins, em 2014.

<sup>21</sup> Complexo penitenciário Masculino do Distrito Federal.

A narrativa acima não só evidencia o racismo que ainda está enraizado em mim, como também reafirma os dados estatísticos já apresentados nas cenas anteriores. Dados que retratam a prevalência de pessoas pretas e pardas (negras) na formação da massa carcerária no Brasil. Lembro que no momento dessa conversa me arrependi do que disse, mas não sei precisar se por medo das consequências ou por vergonha de estar confessando meu próprio racismo, ou ainda um misto dos dois.

Criminólogos latino-americanos no final do século XIX aceitavam a ideia de relação entre delito e raça, herança e doenças mentais, reproduzindo de forma equivocada a ideia de que não-brancos eram mais propensos a cometerem crimes e mais difíceis de serem recuperados (SÁ NETO, 2009). As políticas de estado influenciadas pelo positivismo buscavam soluções científicas para os problemas sociais da época acreditando na superioridade dos modelos ocidentais e na natureza hierárquica das divisões raciais (SÁ NETO, 2009).

Angela Davis em seu texto de 2018 cita Marcia Bunneyque que relata sobre sua trajetória no sistema carcerário americano. Para ela não havia segurança dentro do presídio, ela não estava protegida dos abusos que sofrera quando estava em liberdade, visto que para ela o abuso não havia cessado e sim mudado de forma e assumido um ritmo diferente, mas continuava tão insidioso e disseminado na prisão como sempre foi no mundo fora dos muros; embora o enfoque dela fosse o abuso e não o racismo, ela confirma a ideia de que o “dentro” é apenas um reflexo de tudo que as mulheres negras já vivem em seu cotidiano no “fora”.

\*\*\*

*Muita gente passa por aqui todos os dias, sempre tem uma cara nova, hoje és tu e amanhã será outra – dizia uma detenta de outra ala enquanto conversava comigo no pátio. Há algumas semanas chegou uma ruiva bonita, alta, presa por injúria racial, não sei direito a história, mas no dia do banho de sol cercaram ela no meio do pátio para dar um corretivo nela. Ai tu imaginas uma dona tipo ela, aqui no meio, tu não é dessa turma né? Porque aqui, racista não se cria, não tem como. Eu respondi que não, mas sempre como a lembrança dos olhos da minha outra colega de cela que indiretamente falei ter cara de bandida (Diário de Campo, 2º dia, 2014, DF).*

\*\*\*

Mesmo antes da implantação do encarceramento como forma de punição para mulheres, quando hospitais psiquiátricos eram usados para conter mulheres que cometiam crimes, ao focarmos o impacto da classe e da raça, podemos dizer que, para mulheres brancas e ricas, o direcionamento era que as mesmas possuíam transtornos emocionais e mentais, enquanto que para as mulheres negras e pobres, indicava criminalidade (DAVIS, 2018).

As primeiras prisões exclusivamente femininas, em um contexto americano, mas reproduzido em grande parte do Ocidente, tinham a ideia de domesticar as mulheres trazendo-as de volta a seu papel social feminino, no entanto desde essa época é possível perceber a segregação de raça, visto que essas medidas não afetavam todas as mulheres da mesma maneira. Segundo Davis (2018), as mulheres negras e nativas americanas muitas vezes eram separadas das brancas no cumprimento das penas, e pior ainda as mulheres negras tendiam a ser desproporcionalmente condenadas a cumprir pena em prisões masculinas, sendo submetidas às mesmas crueldades em nada amenizadas pela feminilização da punição. Conforme o sistema prisional dos Estados Unidos evoluiu durante o século XX, modos de punição feminilizados — o sistema de pequenas casas, o treinamento doméstico e assim por diante — foram ideologicamente projetados para reformar mulheres brancas, relegando grande parte das outras a reinos de punição pública nos quais não havia nenhuma pretensão de oferecer-lhes feminilidade.

Um estudo realizado no Rio de Janeiro em 2012, por Mariana Barcinski, trouxe como mulheres transformam-se em homens dentro do presídio feminino como forma de ganhar respeito e privilégios, tanto das mulheres encarceradas quanto dos agentes penitenciários, e faz uma correlação que mostra o quanto o masculino ainda é detentor de poder em todos os espaços, trazendo a essas mulheres um status de superioridade em relação as demais.

Uma outra pesquisa realizada nos presídios da região sul do Brasil, onde o sistema é misto, ou seja, há homens e mulheres encarcerados no mesmo complexo penitenciário, segundo as mulheres todos os privilégios – que vai desde ser servido as refeições primeiro, mais horas de banho de sol, estrutura do pátio, tipos de empregos disponibilizados –, são sempre para os homens e o que resta fica para as mulheres. Segundo o estudo, as mulheres têm seu comportamento controlado em razão dos homens habitarem o mesmo espaço que elas, além disso, grande parte da massa carcerária vive em função dos homens, seja prestando serviços sexuais ou a espera que

algum deles assuma um relacionamento com alguma delas para dar-lhes segurança (COLARES; CHIES, 2010).

A convenção Interamericana para prevenir, punir, e erradicar a violência contra mulher, conforme Comissão Interamericana de direitos Humanos (1994), conceitua a violência de gênero, descrevendo-a também como a efetivada pelo Estado ou seus agentes, onde em seu artigo terceiro traz o seguinte texto: “Toda mulher tem direito a uma vida livre de violência, tanto na esfera pública como na esfera privada”. A mesma convenção assegura que as mulheres devem ter direito a uma educação livre de Estereótipos baseados em conceitos de inferioridade ou subordinação, onde o Estado e seus agentes devem zelar pelo seu cumprimento, conceitos bem diferentes dos que embasaram o aprisionamento feminino em sua origem, mas também bem diferente do que se vê na prática.

\*\*\*

*Conheci uma mulher branca, na nova ala, que falava com orgulho de ser traficante há muito tempo; presa várias vezes, mudou de endereço várias vezes, da última vez estava em casa quando a polícia encontrou uma grande quantia de cocaína e maconha na sua casa. “Só tinha cliente importante” – disse ela. Todos aqueles lá da Esplanada, aqueles “engomadinho”... são tudo viciado, se eu falasse tudo que já vi..., só compravam comigo porque sabiam que era de boa qualidade. Construí minha casa dei estudo aos meus filhos tudo com o tráfico. Não sei quando saio daqui, mas vou ter que parar, terei que recomeçar, já estou velha – dizia ela (Diário de Campo, 4º dia, DF, 2014).*

\*\*\*

Nessa nova ala, nesta cela, havia apenas uma mulher negra, muito diferente do Corró, nem todas tinham curso superior apenas eu e mais uma mulher branca, mas elas tinham conquistado o direito de estarem lá por trabalharem na cozinha interna ou na costuraria, as chamadas presas classificadas, e tinham muito medo de perder aquele privilégio. Privilégio esse que na verdade, deveria ser só o Estado cumprindo seu dever.

Os crimes cometidos por elas eram tais quais eram os da ala anterior, tráfico de drogas e armas, homicídio, formação de quadrilha. A única com curso superior além de mim, era de família branca tradicional burguesa, disse ter dinheiro no fora, mas que foi

enganada pelo marido com quem foi casada 10 anos. Ele escondeu armas na casa sem que ela soubesse e a polícia a prendeu como cúmplice, estava lá há sete anos, mas nunca tinha estado no corró, como eu, nem mesmo quando chegou.

Fiquei com raiva, não dela, mas naquela hora era dela mesmo. Pensei porque ela tinha o direito de ser tratada que nem gente e as demais não tinham escolha? O que a faz diferente da mulher negra que conheci que foi presa por dirigir o carro na fuga de um assalto? Sua cor? Seu dinheiro? Seu curso superior? Todos esses acontecimentos, essas histórias me atravessaram como uma flecha desfazendo todas as minhas concepções de justiça, confiança e fé. Seria o racismo operando dentro do sistema prisional?

Poucos estudos sobre mulheres aprisionadas, dos citados e referenciados aqui, trazem recortes sociais e raciais em seus conteúdos. Apesar de mencionarem, geralmente, a pobreza e dados estatísticos de maior número de negras aprisionadas ou classificar quanto à gravidade de seus crimes, nenhum menciona os privilégios que mulheres brancas e de classes média e alta têm em detrimento de mulheres negras e pobres no sistema prisional.

O episódio da mulher branca rica e graduada explica, em parte, o porquê das demais mulheres mencionarem que o Corró não era lugar para mim, ou que eu não ficaria lá por muito tempo; já existe uma consciência coletiva do lugar de pertencimento daqueles corpos - corpos brancos e corpos negros. Tanto que apenas uma mulher negra habitava aquela cela, na nova ala.

A forma como esses corpos, brancos e negros, se apresentam e são colocados fisicamente naqueles espaços, nos remete a Focault sobre racismo de estado e de biopoder, configurada na ideia de técnicas de produção ou eliminação de uma determinada raça; um exercício de poder específico sobre determinado corpo social com o efeito de “fazer viver e deixar morrer”, tomando certos sujeitos e populações como objetos dos seus procedimentos de gestão e administração da vida coletiva. (FOUCAULT, 2005, p. 309).

Para Bárbara Santos (2020), a morte das vidas descartáveis, seja ela em seu sentido literal, ou a morte pela exclusão, pela falta de condições de sobrevivência, pela segregação dos corpos devido a sua cor, se esconde atrás do véu do racismo de Estado; este que está tão bem firmado nas estruturas institucionais e tão bem mediado que se torna invisível, tanto aos olhos daquele que sofre com a violência instaurada quanto aos olhos daqueles que assistem essa violência - já é algo esperado e naturalizado por brancos e negros.

\*\*\*

*Porque se você me visse alguns anos atrás, minha família tem empresa, esse meu cabelo aqui, dá até dó, estou perdendo a musculatura do corpo de ficar sem minha academia, quando a polícia entrou na minha casa levou todas as minhas jóias, e minhas roupas. Tudo de marca, eu tinha uma vida boa, mas nunca quis saber de onde vinha o dinheiro, não imaginava que ele colocaria armas dentro da minha casa, porque nem morar lá ele morava mais, já estávamos separados e o desgraçado deixou tudo lá... ela, mulher branca, com curso superior, sentenciada, mas com processo em recurso ainda (Diário de Campo, 4º dia, DF, 2014).*

\*\*\*

*Na nova ala as portas das celas ficavam abertas, era permitido caminhar no corredor, era a mesma ala das mulheres que cumpriam pena por Medida de Segurança, elas vagavam meio que sem rumo colocavam o rosto na abertura da porta para ver quem estava lá dentro, algumas com déficits cognitivos aparentes, outras apenas olhando o vazio com o corpo intoxicado de remédios. [...] No banho de sol uma delas andava na volta e encarava as outras internas como quem procurasse um motivo para brigar, havia gritos aleatórios que não sei dizer de quem e nem de onde vinham (Diário de Campo, 4º dia, 2014, DF).*

\*\*\*

De acordo com Dallposso (2013), as mulheres em medida de segurança relatam que “puxam cadeia” assim como as outras, se descrevem como presidiárias e não como pacientes, a maioria já esteve na prisão sem estar em medida de segurança e sabem o que significa, estar com as internas comuns é enfrentar as mesmas condições precárias de encarceramento.

Na ala elas circulavam dentre as demais internas, fui orientada a não dar conversa a elas, que poderiam ser agressivas se contrariadas, pensava como era possível as pessoas acreditarem que a alegação de insanidade era uma forma de se beneficiar da lei. Segundo a revisão realizada por Dallposso (2013), as mulheres mesmo tinham a noção de que estar em medida de segurança era “mofar” lá dentro sem prazo pra sair,

sem perspectiva e de que eram sim uma ameaça a sociedade e que deveriam mesmo estar lá, como se não houvesse outra alternativa para elas.

No início tive medo, ou o medo já habitava em mim desde o primeiro dia, mas logo percebi que a loucura no cárcere se constituía em um local seguro ante a miséria do encarceramento, os remédios eram um alento para aquela dor que elas sentiam, anestesiando suas vidas que estavam estacionadas naquele lugar.

Não me recordo, em nenhum momento dentro das conversas que tive no cárcere, de escutar algo sobre atendimento psicológico, nem para as que estavam em Medida de Segurança e nem para as demais internas; sei que há por ter lido a obra de Débora Diniz (2015), cuja pesquisa foi realizada no mesmo ano em que estive detida. Na obra, ela traz uma perspectiva do que chamou de jaleco branco, que identificava os profissionais da área de saúde, e os “colete preto”, que identificavam os agentes de segurança.

Com a oportunidade de ler o livro dela pude identificar / reconhecer alguns rostos e algumas histórias, e mesmo em uma ótica absolutamente diferente pude reviver alguns momentos, foi como caminhar naqueles corredores novamente.

\*\*\*

*Quando abriu as grades para as pessoas (visitantes) entrarem, muitas pessoas entraram, todas de branco, em geral mulheres, algumas crianças, poucos homens, um ar de normalidade por alguns instantes, parecia uma festa paroquial, pessoas comendo em pequenos grupos, conversando, som de crianças, eu evitava olhar para as pessoas porque não sabia como reagiriam, acho que esse medo ficou em mim, não tenho conseguido olhar estranhos nos olhos (Diário de Campo, 3º dia, DF, 2014).*

*... Quando toca a sirene todas se alertam é o alvará de soltura de alguém. “Tocou o alvará”- deve ser tu - uma delas me aponta. “Você não vai ficar aqui muito tempo não, pode acreditar” – disse ela... Não era o meu, mas sempre era o de alguém, o meu só tocou no dia em que eu ia mesmo embora, o habeas corpus foi assinado na madrugada entre o quarto e o quinto dia, mas só sai no entardecer do último dia. Devolveram minhas roupas, tentaram ligar para o meu então noivo, que não atendeu. Vesti a roupa, escondi no sapato, um papel com um número de telefone que me entregaram ainda no Corró para ligar para família de uma das mulheres, para avisar que na semana seguinte não haveria visita, por causa da Copa do Mundo. “Não podes mais ficar aqui, tens que ir embora” – disse a carcereira. Pensei como sairia de lá, será que alguém*

*sabia que estava saindo? Fui sozinha em direção ao portão, um policial conferiu uns papéis que me entregaram, me disse que podia usar aquele papel (o alvará) para pegar um ônibus sem pagar a passagem, me explicou onde era a parada de ônibus, fiquei lá na frente do lado de fora... sentada em uma pedra por horas até que chegaram para me buscar (Diário de Campo, 5º dia, DF, 2014).*

\*\*\*

A obra de Débora Diniz (2015) traz relatos, que não raro, mulheres que são soltas ficam no entorno do presídio feminino, mendigando ou cometendo pequenos delitos para serem recolhidas novamente ao presídio, mulheres que não tem família, nenhum dinheiro e não tem para onde ir, consideram a Colméia sua única forma de sobreviver no mundo.

Nesse dia eu ainda não sabia disso, mas nas horas em que estava lá sem saber se alguém viria, pensei nelas, em todos aqueles rostos, naquele bilhete que eu carregava, como seria quando elas saíssem, eu estava livre, sem saber o que aconteceria dali por diante, mas elas também não iam saber. Será que teriam para onde ir? Pegariam o ônibus para algum lugar longe dali? Ou alguém as estaria esperando como nas cenas de novela?

O estudo de Oliveira (2009), construído por meio de depoimentos de internas do presídio no Paraná, menciona que mesmo depois de serem libertadas as mulheres continuam presas dentro do estigma social, considerando difícil o retorno a sociedade, principalmente em relação ao trabalho, e para não serem humilhadas e discriminadas voltam ao mundo do crime.

Na minha cabeça eu já carregava esse estigma, a prisão permanece em mim, mesmo sem culpa, sem julgamento, sem antecedentes e sem ficha criminal, pensei que me mandariam embora do meu trabalho e que teria que recomeçar, pensei que tinha que fazer alguma coisa pelas mulheres que passam por isso. Poucas pessoas sabem desse episódio até que vi na minha história uma forma das pessoas olharem para as mulheres vivendo em aprisionamento institucional, e cheguei aqui.

## 6 Cenas dos próximos capítulos

Ao trazer você, leitor ou leitora, para esse universo, imergi novamente no mundo das trancas, entender o que o sistema prisional significa na sociedade e a forma como ele foi pensado e construído. Apresentei muito do que vi e senti quando, por uma situação absolutamente inesperada, me vi dentro do cárcere; algo que, nem em meus mais loucos pesadelos, imaginei estar.

Todos os estudos, pesquisas, relatos, narrativas produzidas dentro do sistema prisional, trazidos aqui, evidenciam de diversas formas a falta de comprometimento do Estado com as mulheres que vivem em aprisionamento, e isso como uma forma de agravo à punição que elas já sofrem por estarem presas. O propósito destas linhas narradas e performadas foi trazer um pouco de humanidade a essas mulheres, suas histórias, memórias e trajetórias.

É notável a forma como a sobrevivência nas grades insurge e se coloca em pequenos movimentos de (re)existência, no esforço contínuo de se manter sã em um sistema adoecedor. Mulheres que mesmo em contínuo conflito têm a potência de se unir, em sentido cooperativo, afrontam a mortificação e a coisificação impostas pelo cárcere através de laços que se instauram, se reinventando como mulheres com desejos e potências. É como se flores brotassem entre as rachaduras daquelas paredes sujas, úmidas e fétidas.

Não houve aqui, como já descrito anteriormente, a intenção de romantizar ou de amenizar os crimes cometidos pelas mulheres que estão em aprisionamento institucional, mas trazer a luz que muitas vidas estão presas, por um conjunto de fracassos sociais e jurídicos. Fracassos do Estado e do sistema prisional que as mantém em condições sub-humanas, sem julgamento, sem direito a serem ouvidas, por crimes de pequeno potencial ofensivo, trazendo mais prejuízos às suas famílias, às suas vidas e à sociedade que segue reproduzindo o aprisionamento de, em sua maioria absoluta, mulheres negras e pobres. O Sistema nunca teve, e não tem o objetivo de socializar e recuperar ninguém, apenas aumentar o abismo social que existe na sociedade.

Esse trajeto entre o fora e o dentro em que me coloco, entre lembranças, poesia e lágrimas, foi como estar nas grades novamente - se é que elas saíram de mim em algum momento. Revisitar os escritos, ouvir novamente as minhas gravações me colocaram

frente a frente daqueles rostos, pude sentir o cheiro que exalava daquele lugar. Senti, novamente, os calafrios que tomaram meu corpo quando as grades se abriram e, no fora, eu pude caminhar sem olhar para o chão.

Meu intuito, aqui, não foi de taxar conceitos ou provar hipóteses, apenas enunciei vozes, recontei histórias e revivi minha própria história e limitações. Sei que não tenho direito de falar por elas – elas que embora diferentes de mim, por algum momento, nos tornamos nós. Eu estou no fora, e elas? A maioria não deixou de ser elas, pois continuam silenciadas atrás de um sistema que sufoca e reproduz toda a forma de violência.

Trazer você, leitor ou leitora, para dentro das grades com um olhar encharcado de emoção e dor, não é como contar a história de alguém; é falar com as vozes de quem não tem essa chance, falar a partir da minha dor; trazer os meus olhos sobre àquelas vidas que não são minhas, mas que podem ser de qualquer uma.

Esse estudo não se encerra, assim como não encerram as cenas da vida de quem ainda circula entre o dentro e o fora. Muitas cenas ainda estão sendo performadas no cárcere e mais histórias virão, mais pesquisas, mais pessoas que assim como eu, puderam olhar para o sistema prisional feminino de uma maneira mais humana e menos julgadora e criminosa. Convido você a escrever as cenas dos próximos capítulos.

### **Depois do portão...**

Em cada passo, o caminho da escuridão  
Os sons me lembram que não estou só  
Não se está só, mas é solidão  
Paredes se estreitam, sons que ressoam  
Nas portas fechadas, no risco do chão  
Meus olhos não fitam mais que figuras  
Formando o piso, concreto e um portão  
Não ergo a cabeça, não olho nos olhos,  
Não vejo o caminho, tento ouvir meu coração  
Que pulsa, que grita, se acalma e se agita  
O que será que me espera depois daquele portão...

Leiliane Martins<sup>22</sup>

---

<sup>22</sup> Poema produzido por mim, Leiliane Martins, em 2014.

## Referências

ADORNO, Theodor. **O ensaio como forma**. In G. Cohn (Org.), *Sociologia: Adorno* (pp. 167-187). São Paulo: Editora Ática, 1986.

AGUIRRE, Carlos. "O cárcere na América Latina, 1800-1940". In: MAIA, Clarissa Nunes et al. **História das prisões no Brasil**. Rio de Janeiro, Rocco, vol. 1. 2012.

ASPIS, Renata Lima. Fragmentos de ideias sobre ensino de filosofia e re-existência. **Revista Ideação**, 2017. Disponível em: <<http://periodicos.uefs.br/index.php/revistaideacao/article/view/2987>>. Acesso em: 6 Mai. de 2021

BARCINSKI, Mariana. Expressões da homossexualidade feminina no encarceramento: o significado de se "transformar em homem" na prisão. **Psico-USF** [online]. 2012, v. 17, n. 3, pp. 437-446. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-82712012000300010>>. Acesso em: 6 Nov. de 2021.

BERTERO, Carlos Osmar. Réplica 2 – O que é um Ensaio Teórico? Réplica a Francis Kanashiro Meneguetti. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 2, p. 338-342, Mar./Abr. 2011.

BRASIL. **Lei de Execução Penal**. Lei 7210 de 11 de julho de 1984. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm)>. Acesso em: 20 Maio de 2021.

BRASIL. **Lei 7960** de 21 de dezembro de 1989. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17960.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17960.htm)>. Acesso em: 20 Maio de 2021.

BRASIL. **DEPEN** (2020). Departamento Penitenciário Nacional. Disponível em: <https://dados.gov.br/dataset/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias1>

BRITO, Rafaella Medeiros de Mattos. **As histórias contadas na clínica: narrativa e transformação na psicoterapia**. 2014. 174f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Fortaleza (CE), 2014.

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrílica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, 8(1), 607-630, 2010.

CLASEN, Suelen Lemons ; ALVES, Miriam Cristiane. Mulheres que vivenciam o aprisionamento institucional: problematizações sobre modos de (re)existência e de subversão à colonialidade. In: Núcleo de Relações Raciais, Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul. (Org.). **Núcleo de Relações Raciais: percursos, histórias e movimentos**. 1ed. Porto Alegre: CRPRS, 2019, v. 1, p. 119-128.

COLARES, Leni Beatriz , & CHIES, Luiz Antonio Bogo. Mulheres nas so (m) bras: invisibilidade, reciclagem e dominação viril em presídios masculinamente mistos. **Revista Estudos Feministas**, 18(2), 407-423, 2010.

DALLPOSSO, Luana Karina. Prisão e loucura: uma narrativa de mulheres em medida de segurança no Distrito Federal. 2013. 45 f. Monografia (Bacharelado em Serviço Social)—Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** trad. Marina Vargas. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Difel, 2018.

DAWSEY, Jonh; MULLER, R. P.; Hikeji, R. S. G.; MONTEIRO, M. F. **Antropologia e performance: ensaios Napedra**. Editora Terceiro Nome, 2019.

DINIZ, Debora. **Cadeia: relatos sobre mulheres**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

DOS DIREITOS HUMANOS, C. I. **Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher**, Convenção de Belém do Pará. Belém do Pará: CIDH, 1994.

FERNANDES, Francisco; LUFT, Celso Pedro; GUIMARÃES, F. Marques. **Dicionário Brasileiro Globo: 56ª edição**. São Paulo: Editora Globo, 2003.

FERREIRA DA SILVA, Denise. **A dívida impagável**. São Paulo: ed. Oficina de Imaginação Política e Living Commons, 2019.

FONTE, Carla A. A narrativa no contexto da ciência psicológica sob o aspecto do processo de construção de significados. **Psicologia: teoria e prática**, 8(2), 123-131, 2006. Recuperado em 07 de novembro de 2021, de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-36872006000200009&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872006000200009&lng=pt&tlng=pt).

FOCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 40 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

FOCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Tradução Roberto Machado. 24ª edição. Rio de Janeiro: 6/7 Editora Graal, 2014.

GAUER, Gabriel José Chitto; NETO, Alfredo Cataldo; PICKERING, Viviane Leal. “Realidade do indivíduo na prisão: Considerações sobre violência”. In: GAUER, Ruth Maria Chitto (org.). **Criminologia e sistemas jurídico-penais contemporâneos**. Porto Alegre, PUCRS, 2012, pp. 89-104.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

hooks, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

IRELAND, Timothy D.; LUCENA, Helen Halline. Rodrigues de. O presídio feminino como espaço de aprendizagens. **Educação & Realidade**, 38(1), 113-136, 2013.

LARAGNOIT, Isabela. **Reflexões sobre encarceramento feminino no Brasil**. Editora Autografia, 2012.

LIMA, Márcia de. **Da visita íntima à intimidade da visita: A mulher no sistema prisional**. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Universidade de São Paulo, 2006.

MANITA, Celina. **Auto-organização psicológica e transgressão**. Análise empíricocrítica de duas figuras do comportamento desviante: criminosos e consumidores de drogas. Dissertação (Doutoramento em Psicologia)–Universidade do Porto, Porto, 1998.

MENDES. Soraia da Rosa. **Repensando a criminologia: reflexões sobre um novo paradigma desde a epistemologia feminista**. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade de Brasília, PPG/FD/UnB, 2012.

MENEGUETTI, Francis Kanashiro. **O que é um Ensaio-Teórico?** Revista de administração contemporânea, vol. 15, núm. 2, p. 320-332, 2011.

MUNIZ, Catia Regina; LEUGI, Guilherme Bergo; ALVES Angela Maria. Mulheres no sistema prisional: Por que e como compreender suas histórias? RP3 –**Revista de Pesquisa em Políticas Públicas**, (2):1-22, 2017.

OLIVEIRA, Erika Patrícia Teixeira de. Mulheres em conflito com a lei: a ressignificação de identidades de gênero em um contexto prisional. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, 9(2), 391-414, 2009.

PADOVANI, Natália Corazza. **Sobre casos e casamentos**: afetos e “amores” através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, 2015.

QUEIROZ, Nana. **resos que menstruam**. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.

SÁ NETO, Flávio de.; MAIA, Clarissa Nunes; COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos Luiz. **História das prisões no Brasil**. Rocco, 2009.

SANTOS, Andremara dos. **Interoperabilidade e violência institucional no sistema prisional**: (O caso da Comarca de Salvador–Bahia). Dissertação de Mestrado UFBA não publicada, 2016. <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/19707>.

SANTOS, Bárbara Helena de Oliveira. O Biopoder como garantia do Racismo de Estado. **Revista ConTextura**. 12(16), 14-22, 2020.

SANTOS, Laerte de Paula Borges. **Sexualidades encarceradas**: Afetos, desejos e prazeres no cotidiano do cortiço-prisão feminino do interior pernambucano.2018. 142f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Recife, 2018

SCHECHNER, Richard. “**O que é performance?**”, em Performance studies: an introduction, second edition. New York & London: Routledge, p. 28-51, 2006.

SCHERER, Zeyne Alves Pires, SCHERER Edson Arthur, SANTOS Manoel Antonio dos, SOUZA Jaqueline de, Pillon Sandra Cristina & SCHERER Nikolas Pires. **Mulheres privadas de liberdade**: representações sociais de prisão, violência e suas conseqüências. *Revista Brasileira de Enfermagem*;73(3):e20180781, 2020.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

VARELLA, Drauzio. **Prisioneiras**. Editora Companhia das Letras, 2017.